

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

VANESSA MARA SOLCIA

**O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO SUAS: e o Programa Família
Paranaense**

**FRANCA
2023**

VANESSA MARA SOLCIA

**O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO SUAS: e o Programa Família
Paranaense**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Câmpus de Franca- SP, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Nayara Hakime Dutra Oliveira.

FRANCA

2023

VANESSA MARA SOLCIA

**O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO SUAS: e o Programa Família
Paranaense**

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de pesquisa: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional.

Banca Examinadora

Presidente: _____

Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra (Participação Virtual)
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Campus de Franca

1º Examinador(a): _____

Profa. Dra. Adriana Giaqueto Jacinto (Participação Virtual)
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Campus de Franca

2º Examinador(a): _____

Profa. Dra. Solange Maria Teixeira (Participação Virtual)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Franca, 01 de novembro de 2023.

S684t Solcia, Vanessa Mara
O trabalho social com famílias no SUAS : e o Programa Família Paranaense / Vanessa Mara Solcia. -- Franca, 2023
101 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Nayara Hakime Dutra

1. Acompanhamento Familiar. 2. Programa Família Paranaense.. 3. PAIF. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DA PESQUISA

Os impactos potenciais pretensos desta pesquisa estão convergentes com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, em especial:

Objetivo I- Erradicação da Pobreza;

Objetivo X- Redução das Desigualdades Sociais e

Objetivo XVI- Paz, Justiça e Instituições Eficazes;

Impactos esperados:

- Possibilitar a reflexão para além da responsabilização das famílias sobre a questão da pobreza, em que o Estado assuma sua responsabilidade frente as Políticas Públicas, no intuito de promover uma sociedade global justa e inclusiva, onde todas as pessoas tenham acesso aos recursos básicos necessários para uma vida digna.

- Contribuir para promoção de articulações eficazes e respostas abrangentes às diversas manifestações da questão social, possibilitando a intersectorialidade das políticas incluindo às famílias em uma rede de proteção ampla.

- Promover e mobilizar espaços de participação social, em que se compreenda de fato as vulnerabilidades, as demandas e necessidades das famílias, e que estes espaços sejam espaços de combate a todos tipos de preconceitos e estigmas, na luta pela garantia do acesso aos direitos de cidadania.

POTENTIAL IMPACT OF RESEARCH

The intended potential impacts of this research are in line with some of the Sustainable Development Goals for:

Objective I – Eradication of Poverty;

Objective X- Reduction of Social Inequalities and

Objective XVI- Peace, Justice, and Effective Institutions;

Expected impacts:

- Enable reflection beyond the responsibility of families on the issue of poverty, in which the State assumes its responsibility concerning Public Policies, to promote a fair and inclusive global society, where all people have access to the basic resources necessary for a dignified life.

- Contribute to promoting effective articulations and comprehensive responses to the various manifestations of social issues, enabling intersectoral policies including families in a broad protection network.

- Promote and mobilize spaces for social participation, in which the vulnerabilities, demands, and needs of families are truly understood, and these spaces are spaces to combat all types of prejudices and stigmas, in the fight to guarantee access to the rights of citizenship.

Dedico este trabalho a todos que me conhecem e sabem quem sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo que tem feito em minha vida e esta oportunidade por ter me permitido chegar até aqui e concluir mais essa etapa tão especial e sonhada.

Nesta trajetória muitos passaram e contribuíram, não posso deixar de mencionar a época de colégio em que tive várias professoras que colaboraram no senso crítico, na forma de ver e pensar o mundo, além de alguns familiares, alguns já in memoriam, mas guardo em meu coração e sou grata pelo que pude viver e aprender.

Nesse momento sem quase acreditar, pois desde a minha formação passei por várias “provações”, fatos que tentaram me fazer desistir, estou aqui, terminando mais uma etapa da minha vida.

À minha família, meus pais, irmãos e filha, que sempre me incentivaram e me apoiaram nas minhas “viagens”, me deixando ser quem sou.

Relembrar e agradecer às duas professoras que me levaram a querer estar na Unesp de Franca-SP, o trabalho social com famílias sempre me instigou, despertando o interesse em saber como realizá-lo, ao pesquisar em vários programas de mestrado do país, o único que encontrei com o tema foi: “O trabalho social com famílias”, da prof. Dra. Nayara em Franca-SP, neste acompanhamento me organizei e participei da seleção como “Aluno Especial” em 2016, foram viagens quinzenais durante um semestre a Franca-SP, tendo a oportunidade de estar em um espaço de reflexão e discussão do tema. E logo após, fui selecionada novamente como aluna especial na disciplina da prof. Dra. Adriana Giaqueto: “O trabalho socioeducativo: contextualização, desafios e perspectivas”, tema de interesse profissional e muito atual.

Quero agradecer a todos do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, campus de Franca, que muito contribuíram para o meu aprimoramento intelectual e por terem me proporcionado construir e aprofundar conhecimentos sobre a profissão de assistente social, ao pessoal do administrativo por sempre estarem aptas a darem respostas às dúvidas, colaborando neste processo.

Mesmo com a pandemia e pouco contato pessoal com os professores, funcionários e colegas de turma, tivemos uma oportunidade única de vencer a pandemia juntos, criando estratégias de superação e de se fazer presentes neste processo, as aulas virtuais, os grupos de WhatsApp, a troca de experiências, as dúvidas e angústias que tivemos e por fim, nossa conquista aqui encerrando este ciclo.

Agradeço à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Nayara Hakime Dutra, por sua dedicação na vida acadêmica, e por sua linha de pesquisa: “estudar famílias” e devido a isso ter me levado a

Franca-SP, por ter contribuído para a realização da minha pesquisa, colaborando nesse processo, estando juntas nas decisões e na conclusão desta.

Gostaria de agradecer ao Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Famílias (GEPEFA), momentos únicos de trocas, aprendizado tendo todos um ideal, estudar “famílias”.

À Letícia Regina Hillen Reis, que foi coordenadora da UTPFP/SEDS, que muito se dedicou e colaborou para implementar as ações do Programa Família Paranaense, viajando pelo Estado, ouvindo os municípios para a construção do acompanhamento familiar.

Ao CEAS- Conselho Estadual de Assistência Social pela disponibilização de dados para compor esta pesquisa.

À Prefeitura de Inajá e Prudentópolis-PR, e às profissionais que se dispuseram a participar desta pesquisa, fruto do trabalho que elas desenvolveram e desenvolvem ainda com muita dedicação, e às famílias que tiveram e tem a oportunidade de estar nestas reuniões planejadas com tanto carinho.

À Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul-PR, à Secretaria de Assistência Social, aos meus colegas de trabalho do CRAS, a todos que colaboraram neste processo desafiador.

Às famílias que atendi e realizei grupos ao longo desta trajetória profissional, elas foram a resposta do caminho que trilhei, das escolhas que fiz, em cada tema, dinâmica, lanche, enfim, em tudo relacionado a elas. Vale destacar aqui a primeira oportunidade profissional que foi em São Paulo/SP-2006, em uma organização não governamental que desenvolvia projetos através de convênio com a prefeitura, sendo subsidiados, iniciei o trabalho social com famílias ali, com reuniões quinzenais em alguns bairros da Zona Sul, na região do Jardim Ângela.

Às pessoas que mesmo sem nos conhecer direito torcem ou possuem afeto, amigas que passaram pela minha vida e que de alguma forma torceram por mim e deixaram sua contribuição para me tornar quem sou.

Enfim, a todos que tem interesse pelo tema e que este trabalho possa contribuir principalmente na prática profissional.

E por fim, esta frase de um hino que mexeu muito comigo, “*podes tu também dizer: “Sou um dos tais?”*”.

Te agradeço

SOLCIA, Vanessa Mara. **O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO SUAS:** e o Programa Família Paranaense. 2023. 101 f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Franca/SP. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Franca, 2023.

RESUMO

O estudo que ora se apresenta tem como objetivo analisar o *modus operandi* do trabalho social com famílias a partir da proposta do Programa Família Paranaense, sob o olhar dos profissionais que atuam na política de Assistência Social no PAIF. Este estudo traz para discussão a metodologia proposta pelo governo do Estado do Paraná como uma estratégia no trabalho social com famílias. O interesse pelo tema é fruto de longos anos de experiência de atuação na Política de Assistência Social, como assistente social, no CRAS, no trabalho com famílias, na qual tive acesso a metodologia do programa, mas não a executei até o final, nesse sentido busca conhecer a prática desenvolvida nos municípios que desenvolveram o trabalho. Assim, as profissionais que participaram do estudo foram de município de Pequeno Porte I (até 20 mil habitantes) – Inajá - PR e de município de Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 habitantes), Prudentópolis-PR. Buscou-se ainda compreender como o trabalho social com famílias é realizado pelas equipes de referência dos municípios para efetivar o acompanhamento familiar; investigar a avaliação que os profissionais fazem da proposta de acompanhamento familiar do Programa Família Paranaense; realizar uma análise institucional do Programa Família Paranaense; e, por fim, analisar como se relaciona a proposta com o que é previsto nas orientações para o PAIF. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica com revisão de literatura, com uma breve reflexão sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e sua interlocução com a Política Nacional de Assistência Social e a mudança de paradigma ocorrida na Assistência Social, a partir da Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a pesquisa documental com a utilização de leis, planos municipais e o Guia de Orientações da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná, e a pesquisa de campo, sendo qualitativa. O instrumento utilizado na coleta do material empírico foi a entrevista semiestruturada, com cinco profissionais com a utilização de um roteiro para nortear a pesquisadora. O método para análise do material empírico foi o materialismo histórico-dialético. Consideramos que os resultados apresentados poderão contribuir com a Política de Assistência Social, em especial no trabalho com famílias.

Palavras-chave: Acompanhamento Familiar. Programa Família Paranaense. PAIF.

SOLCIA, Vanessa Mara. **SOCIAL WORK WITH FAMILIES IN SUAS:** and the Paranaense Family Program. 2023. 101 p. Master's Dissertation in Social Service – São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” Franca/SP Campus. Postgraduate Program in Social Work. Franca, 2023.

ABSTRACT

The study presented here aims to analyze the *modus operandi* of social work with families based on the proposal of the Family Paraná Program, from the perspective of professionals working in the Social Assistance policy in PAIF. This study brings to discussion the methodology proposed by the State of Paraná government as a strategy in social work with families. The interest in the topic stems from many years of experience in the Social Assistance Policy, as a social worker at the CRAS, working with families, where I had access to the program's methodology but did not implement it entirely. In this sense, it seeks to understand the practice developed in municipalities that have implemented the program. Thus, the professionals who participated in the study were from Small Size I municipalities (up to 20 thousand inhabitants) – Inajá - PR and Small Size II municipalities (20,001 to 50,000 inhabitants), Prudentópolis-PR. The study also aimed to comprehend how social work with families is carried out by the reference teams in the municipalities to implement family monitoring; investigate the professionals' assessment of the Family Paraná Program's family monitoring proposal; conduct an institutional analysis of the Family Paraná Program; and finally, analyze how the proposal relates to what is outlined in the guidelines for PAIF. Bibliographic research with literature review was used, including a brief reflection on the Comprehensive Family Protection and Assistance Service – PAIF and its interconnection with the National Social Assistance Policy and the paradigm shift that occurred in Social Assistance since the Federal Constitution of 1988 and the promulgation of the Organic Law of Social Assistance (LOAS). Documentary research was conducted using laws, municipal plans, and the Guidance Guide of the Secretariat of Family and Social Development of the State of Paraná. Field research was also conducted, being qualitative. The instrument used to collect empirical data was the semi-structured interview, involving five professionals using a script to guide the researcher. The method for analyzing empirical material was historical-dialectical materialism. We believe that the results presented can contribute to the Social Assistance Policy, especially in working with families.

Keywords: Family Monitoring. Family Paraná Program. PAIF.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Síntese das etapas do modelo de acompanhamento familiar	54
Figura 2: Síntese das etapas e encontros com perguntas-chave.....	55
Figura 3: Distribuição de Municípios: População e Porte do Estado do Paraná	57
Figura 4: Mapa de Municípios por Porte.....	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantidade de CRAS por porte dos municípios.....	44
Quadro 2: Recursos Humanos - CRAS de Inajá-PR	60
Quadro 3: Recursos Humanos - CRAS de Prudentópolis-PR.....	62

LISTA DE SIGLAS

CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CADSUAS	Sistema de Cadastro do SUAS
CF	Constituição Federal
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
IAPS	Instituto de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IVF	Índice de Vulnerabilidade das Famílias
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NAF	Programa Núcleo de Apoio à Família
NOB	Norma Operacional Básica
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAS	Plano Municipal de Assistência Social
PR	Paraná
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TSF	Trabalho Social com Famílias
VOL	Volume

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS E O HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	24
2.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS ANTES DE 1988.....	24
2.2 Trabalho Social com Famílias na assistência Social: APÓS 1988 NO CONTEXTO DO SUAS	27
3 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): BENEFÍCIOS, SERVIÇOS E GARANTIAS	36
3.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)	36
3.2 O Sistema Único de Assistência Social.....	38
3.3 O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.....	42
3.4 O trabalho Social com as famílias: Conceito e Operacionalização	46
4 O PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE	51
4.1 A origem do Programa Família Paranaense	51
4.2 O Conceito de Família na proposta de Acompanhamento Familiar.....	52
4.3 A estrutura do Acompanhamento Familiar	54
4.4 Os municípios que desenvolveram o acompanhamento familiar	57
4.4.1 O Município de Inajá de Pequeno Porte I.....	58
4.4.2 Panorama da Política de Assistência Social no município.....	59
4.4.3 O Município de Prudentópolis de Pequeno Porte II	61
4.4.4 Panorama da Política de Assistência Social no Município	62
5 O MODUS OPERANDI DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: O PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE - PERCURSO METODOLÓGICO	64
5.1 As Profissionais: Quem São?	65
5.2 A adesão dos municípios ao acompanhamento familiar: o caso de Prudentópolis e Inajá	66
5.3 Acompanhamento familiar: o trabalho desenvolvido nos municípios.....	69
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A	94
APÊNDICE B.....	95
ANEXO A.....	98

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico no Brasil evidencia de maneira clara o agravamento, a fragilidade e as contradições enfrentadas pelas famílias brasileiras. A crise no mundo do trabalho, a exclusão sociocultural e as transformações socioeconômicas destacam a urgência da implementação de políticas públicas direcionadas às famílias que se encontram em diversas situações de vulnerabilidade social.

A Constituição Federal e a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, abordam a assistência social como um direito possui como uma de suas diretrizes a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. De acordo com Oliveira (2009, p.88), a trajetória das políticas sociais demonstra que a família está no centro da atenção e da proteção social.

Outrossim, a proteção social prevista na Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) e a LOAS centraliza a família como o fundamental no processo de proteção social e prevê seguranças que devem ser garantidas, entre elas estão: a segurança de acolhida, a segurança social de renda, a segurança de convívio, a segurança de desenvolvimento da autonomia e a segurança de benefícios materiais.

Conforme discutido na PNAS, a família é reconhecida como um espaço crucial de proteção e socialização primárias, desempenhando o papel fundamental de provedora de cuidados aos seus membros. No entanto, ressalta-se que a família também necessita de cuidados e proteção.

O Trabalho Social com Famílias (TSF) na Política de Assistência Social, conduzido por profissionais de nível superior, configura-se como um componente essencial e estratégico. Este trabalho visa promover a efetivação dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). De tal forma, profissionais qualificados desempenham um papel crucial na implementação de ações voltadas para o fortalecimento das famílias como unidades fundamentais na promoção do bem-estar social.

Estes profissionais têm a responsabilidade de desenvolver estratégias que considerem as especificidades e demandas das famílias atendidas. Além disso, o TSF se destaca por promover a autonomia, respeitando a diversidade e promovendo a participação ativa das famílias no processo de formulação e execução de ações assistenciais.

Consoante ainda, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF ocupa papel de destaque e é o principal serviço da proteção social básica, foi reconhecido em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como uma ação continuada da

Assistência Social e em 2009 com a aprovação da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Foi concebido como um componente estratégico para impulsionar o TSF. As ações implementadas no âmbito do PAIF representam a concretização dos objetivos da Proteção Social Básica na Política de Assistência Social (Brasil, 2012).

Todavia, a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS nos municípios e o desenvolvimento de ações através do PAIF, como um novo espaço de atuação profissional, propiciou aos profissionais da área social, uma forma de identificar a necessidade de um direcionamento de propostas de intervenção, com atividades e práticas que contribuam para desenvolvimento do trabalho social ainda mais voltado para as famílias, ficando sob responsabilidade dos técnicos dos municípios desenvolverem esta prática, com ações que de acordo com a PNAS devam: estimular as potencialidades das famílias, a troca de vivências e a promoção de ganhos sociais e materiais das mesmas, entre outras, trazendo vários desafios a equipe de trabalho, muitas vezes com questionamentos quanto a inoperância do trabalho social com famílias associadas, a falta de direcionamento de um trabalho com começo, meio e fim, que contribua para a melhoria das condições de vida das famílias, que promova protagonismo, potencialize autonomia e a garanta direitos sociais.

Neste contexto, o Governo do Paraná, por meio do Programa Família Paranaense, agora denominado Programa Nossa Gente Paraná, desenvolveu uma proposta abrangente de acompanhamento familiar. Inicialmente o programa era um projeto piloto, envolvendo 30 municípios. Posteriormente essa iniciativa foi apresentada a todos os municípios do estado, visando a adesão e a implementação em meados de 2017. Dentre os 399 municípios paranaenses, 180 optaram por participar.

Durante este período, foram oferecidas capacitações, e os municípios envolvidos participaram de supervisões, proporcionando acompanhamento e orientações sobre a execução do trabalho.

Diante este cenário, torna-se crucial e ainda mais necessário para a profissão, promover a discussão acerca do trabalho social com famílias, esse debate ganha ainda mais relevância após as políticas e seus formuladores fornecerem diretrizes específicas sobre a temática, as quais foram adotadas por todos aqueles 180 municípios no Estado do Paraná.

Para isso, a intervenção junto às famílias requer ações inovadoras, mas também realísticas, que leve em consideração as transformações na realidade a partir de uma análise crítica das relações sociais. Esta nova formação familiar constrói sua própria história em que expressa a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetivos e subjetivos da

cultura em que vive. As relações familiares são complexas e influenciadas por diferentes valores e interações que também se constata nas relações interinstitucionais e carece de estudos mais específicos e centralizados na política pública que emerge.

Segundo Miotto (2015) o desafio primordial reside na efetivação do trabalho social com famílias de maneira eficiente, humanizada e abrangente, contemplando o universo familiar como um todo e superando quaisquer preconceitos e estigmas. Neste contexto, é fundamental que o trabalho social com famílias as reconheça como sujeitos capazes de promover sua própria transformação e como protagonistas do processo de desenvolvimento, em oposição à perspectiva de tutela e responsabilização por suas dificuldades e vulnerabilidades.

Assim sendo, esta dissertação tem como tema “O Trabalho Social com famílias no SUAS e o Programa Família Paranaense”, a qual foi objeto de estudo os municípios de Pequeno Porte I (até 20 mil habitantes) – Inajá - PR e o município de Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 habitantes), Prudentópolis-PR. A escolha pelos municípios se deu com base nas recomendações de uma consultora do Estado que possui um levantamento dos municípios que adotaram essa prática.

O interesse pelo tema é fruto de longos anos de experiência de atuação na Política de Assistência Social, como assistente social da pesquisadora, no CRAS, no trabalho com famílias, na qual tive acesso à metodologia do programa, mas não a executei até o final. Miotto (2015), enfatiza que o trabalho com famílias no âmbito do SUAS requer uma nova abordagem profissional e a desconstrução do modelo ideal de família. Esse trabalho envolve a inserção da família em um conjunto de intervenções contínuas, estabelecendo compromissos entre a família e os profissionais.

Diante deste contexto, existe a necessidade de analisar o *modus operandi* do trabalho social com famílias a partir do Programa Família Paranaense, apresentado na publicação da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, “Acompanhamento Familiar - Guia de Orientações” (2017), no qual é possível identificar de que forma as orientações contidas nesse documento são apropriadas e foram executadas pelos trabalhadores dos CRAS.

Na dissertação, utilizou-se a abordagem qualitativa devido aos requerimentos do problema proposto e à pretensão descritiva e analítica da natureza da pesquisa adotada. Foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas, documental e de campo, esta, de fato, com o uso da técnica de entrevistas. A adoção de tal metodologia buscou compreender a proposta de acompanhamento familiar tanto do PAIF quanto do Programa Família Paranaense e o trabalho social com famílias realizado nos CRAS de Inajá-PR e Prudentópolis-PR.

A pesquisa bibliográfica indicará o aporte teórico que se deseja, (Severino, 2007), dessa forma a partir de pesquisas anteriores, documentos impressos, livros, artigos e teses são fontes dos temas a serem pesquisados.

Outro tipo de pesquisa a ser utilizado será a pesquisa documental, a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico (Fonseca, 2002, p.32).

A pesquisa documental abrange a legislação da Política de Assistência Social e documentos institucionais relevantes ao seu delineamento, de seu *modus operandi* e das ideias e valores que carrega. Os documentos utilizados nesta pesquisa foram:

- Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações;

- Política Nacional de Assistência Social (PNAS);
- Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS).

As orientações técnicas que embasaram a pesquisa sobre o trabalho social com famílias foram:

- Orientações Técnicas - Trabalho Social com Famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;
- Orientações Técnicas para os Centros de Referência de Assistência Social;
- Plano Municipal de Assistência Social de Inajá-PR;
- Plano Municipal de Assistência Social de Prudentópolis-PR;
- Acompanhamento Familiar- Guia de Orientações da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná.

Este material permitiu retomar aspectos constitutivos da trajetória histórica da Política de Assistência Social como política pública e do trabalho com famílias, realizado pelos municípios de Inajá-PR e Prudentópolis-PR, locus empírico da investigação, e possibilitou a aproximação com o pensamento e as práticas institucionais em relação à direção do trabalho social com famílias.

Os aspectos observados sobre a política em estudo foram: a metodologia proposta vai em direção a Política Nacional de Assistência Social para o trabalho social com famílias? Essa abordagem junto aos profissionais intencionou apreciar:

- Procedimentos e técnicas realizadas no acompanhamento familiar e suas etapas;
- Avaliação dos profissionais sobre a proposta do programa de acompanhamento;
- Experiência anterior que contribuiu para o desenvolvimento do acompanhamento familiar;

- Desafios encontrados no trabalho social;
- Fatores que contribuíram para o trabalho social com famílias.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, o presente estudo também contou com a pesquisa de campo. A pesquisa de campo possibilita conhecer a realidade do trabalho social com famílias que, segundo Minayo (2004, p.105):

No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, num processo mais amplo de construção de conhecimentos (Minayo, 2004, p. 105).

A pesquisa qualitativa corresponde ao universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2004, p. 21).

A entrevista oferece dados qualitativos essenciais para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, pois o olhar dos profissionais e experiências tendem a revelar de fato os desafios, limites, possibilidades e alternativas de ação das demandas apresentadas no trabalho social com famílias e a utilização da metodologia proposta no Programa Família Paranaense.

Portanto, foi proposta a realização de cinco entrevistas semiestruturadas, direcionadas a psicólogos e assistentes sociais envolvidos no acompanhamento familiar do Programa Família Paranaense, nos municípios de Inajá-PR e Prudentópolis-PR. A amostra foi composta por profissionais do sexo feminino, incluindo quatro assistentes sociais e uma psicóloga. A escolha dessa amostra foi fundamentada na busca por profissionais que desempenhassem o acompanhamento familiar conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa Família Paranaense.

É relevante destacar que a amostra de pesquisa foi direcionada aos técnicos de referência, uma vez que nas orientações técnicas tanto do PAIF quanto do Programa Família Paranaense é de responsabilidade dos profissionais de nível superior, como assistentes sociais e psicólogos, que desempenham diretamente as atividades com as famílias. Esses técnicos atuam de maneira mais próxima e direta com o público-alvo desse serviço.

Conforme a definição do trabalho social com famílias, esse deve ser realizado "a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo", qualificando os profissionais para alcançar efetivamente os objetivos propostos pelo Serviço (Brasil, 2012).

As entrevistas foram realizadas nos municípios, agendadas e com envio prévio das questões norteadoras da pesquisa. Foram conduzidas com o propósito de realizar, em conjunto

com a análise de documentos e referências bibliográficas, uma análise do acompanhamento familiar desenvolvido.

Destacamos ainda, que nesta dissertação serão apresentadas citações dos cinco técnicos de referência entrevistados. Com o intuito de preservar a identidade desses profissionais, optamos pela utilização de pseudônimos, a escolha dos nomes levou em consideração palavras de otimismo que se alinham ao trabalho realizado com as famílias, nomeou-as como: Confiança, Perseverança, Proteção, Superação e União.

O método utilizado para análise do material foi o método histórico-dialético de Marx, favorecendo a compreensão mais profunda sobre os fenômenos sociais, fatos e locais.

A presente dissertação conta com três capítulos. No segundo capítulo, foi discorrido sobre a evolução do trabalho com famílias no Brasil, desde os primórdios marcados pela assistência caritativa até a abordagem mais abrangente e sistêmica após a Constituição de 1988, desde seu início na década de 1930 até o advento da Política de Assistência Social e o Trabalho Social com Famílias pós-constituição.

Já no terceiro capítulo, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004 e visa concretizar a Lei Orgânica da Assistência Social, fortalecendo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo princípios e diretrizes para a assistência social no Brasil.

A trajetória da família no sistema de proteção social brasileiro tem evoluído ao longo do tempo, refletindo mudanças políticas, sociais e econômicas no país. Sendo assim, no quarto capítulo, é discorrido sobre o processo que a família desempenha como papel central no contexto da assistência social e da proteção social, sendo tanto um receptor de serviços e benefícios quanto um agente importante na promoção do bem-estar de seus membros.

No quinto capítulo, foi abordada a experiência de dois municípios que, de fato, desenvolveram o trabalho de acompanhamento familiar. Diante deste embasamento teórico e prático, pode-se afirmar que a política voltada aos municípios está sendo eficaz na promoção do trabalho social com famílias e no atendimento às necessidades da população

Finalmente, é importante reconhecer que esta pesquisa enfrentou diversos desafios ao longo do processo. Contudo, é crucial destacar que o tema investigado é bastante abrangente e complexo, e estas páginas apenas começam a explorar sua profundidade. Acredita-se, no entanto, que o que foi apresentado aqui, proporciona ao leitor uma compreensão do acompanhamento familiar sob uma perspectiva crítica, assim como evidencia os desafios inerentes à condução do trabalho com famílias.

2 TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS E O HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Em resumo, a evolução do trabalho com famílias no Brasil, desde os primórdios marcados pela assistência caritativa até a abordagem mais abrangente e sistêmica após a Constituição de 1988, reflete a transformação das políticas sociais e a compreensão da assistência social como um direito fundamental e um meio de promoção da dignidade humana.

2.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS ANTES DE 1988

A situação de desigualdade no Brasil antes de 1930 era frequentemente interpretada pelo Estado como resultado das incapacidades individuais, não como um reflexo das estruturas sociais mais amplas. Nesse contexto, o Estado não assumia uma responsabilidade direta na proteção social, e a pobreza era muitas vezes considerada uma disfunção pessoal (Sposati, 2007).

A assistência aos pobres não se configurou como uma iniciativa direta do poder público. Em vez disso, o Estado limitou-se predominantemente à distribuição clientelista de isenções e subsídios a grupos privados e religiosos. Estes últimos, por sua vez, eram encarregados de fornecer serviços assistenciais orientados pela lógica da caridade, filantropia e benemerência.

Compreender o processo constitutivo da assistência social demanda um olhar mais amplo sobre a evolução dos sistemas de proteção social ao longo dos anos. O contexto histórico dos anos 1930 no Brasil foi crucial para a consolidação das bases da assistência social, especialmente através da atuação pioneira de organizações religiosas como a Igreja Católica. Essas ações assistenciais buscavam, em parte, atender às demandas crescentes por melhores condições de vida e justiça social. Dessa forma, o desenvolvimento da Assistência Social no Brasil está intrinsecamente ligado à dinâmica social e política da época, refletindo a necessidade de lidar com as demandas emergentes de uma classe trabalhadora em busca de transformações significativas em suas condições de vida. Para entender todo o processo constitutivo da Assistência Social é necessário conhecer um pouco da história dos sistemas de proteção social que foram desenvolvidos no decorrer dos anos.

Os sistemas de proteção social, segundo Di Giovanni (1998), são formas institucionalizadas ou não, que as sociedades determinam para proteger parte ou o conjunto de seus membros; sendo estes decorrentes de várias vicissitudes da vida natural ou social (velhice,

doença, infortúnio e privações). Nos estudos de Esping-Andersen (2000) e Di Giovanni (1998) é possível identificar referências sociais históricas e conceituais em torno à relação família e Estado, apresentando momentos distintos na sociedade, desenvolvendo padrões de proteção diversos para a cobertura dos riscos sociais, variando no tempo, espaço e grau de compartilhamento entre o Estado, mercado e família.

As sociedades sempre buscaram recursos e esforços em suas atividades de proteção social, variando nos modos de alocação de um grupo social para outro, conforme os critérios históricos e culturais, que sempre perpassam por uma dimensão de poder, sendo traçados por três modalidades não excludentes entre si: a tradição, a troca e a autoridade (Di Giovanni, 1998).

O critério da tradição diz respeito aos valores como a caridade, a fraternidade e a solidariedade exercidas pela família, pela comunidade e por instituições religiosas; a troca se refere à aquisição de bens e serviços no mercado e a um conjunto de práticas econômicas que perpassam desde relações face a face até a impessoalidade das forças de mercado; já a autoridade se constitui na modalidade de proteção política exercida pelo Estado por meio dos sistemas públicos de proteção social: como gestor, regulador e produtor dessas relações (Di Giovanni, 1998; Silva e Souza, 2012).

A proteção social estabelecida pelo Estado como função legal e legítima se institucionaliza em formas concretas através de políticas de caráter social. É assumida como função por meio da intervenção política e administrativa. Todas as sociedades humanas desenvolveram algum tipo de sistema para as diversas situações de proteção social, podendo esta proteção ser exercidas por instituições não-especializadas e plurifuncionais. Contudo, a constituição de sistemas de proteção estatais não exclui a persistência de privados, onde o alcance dos mesmos objetivos está confiado a acordo entre esses sujeitos através de relações mercantis ou fundada em vínculos tradicionais (Di Giovanni, 1998).

Nos tempos antigos, as sociedades apresentavam uma organização social caracterizada pelo clã, desta forma, a pobreza se evidenciava em épocas de crise econômica estabelecidas por invasões, guerras ou catástrofes naturais, pois, a produção resultante da atividade agropastoril era dividida entre todos igualmente. Isso determinava que apenas velhos, doentes, viúvas e crianças órfãs ou abandonadas fossem aceitas como pobres, e era responsabilidade do clã dar total assistência e eles (Oliveira, 1996).

Nesse período, o trabalho com famílias era frequentemente desenvolvido por organizações religiosas, filantrópicas e de caridade, que atuavam de forma voluntária e assistencialista e era marcado por uma realidade social muito diferente da atual. Nessa época, o país enfrentava desafios significativos relacionados à pobreza, desigualdade e falta de

políticas públicas efetivas para a assistência social. O contexto histórico e político influenciava diretamente a abordagem adotada em relação às famílias.

A visão predominante era a de que a pobreza era resultado da falta de virtude individual, e não de problemas estruturais. Portanto, as ações se concentravam em prover assistência pontual, como distribuição de alimentos e roupas, sem abordar as causas subjacentes da pobreza (Silva, 2006)

A ausência de uma legislação específica sobre assistência social e a falta de políticas governamentais contribuía para a fragmentação e a desarticulação das ações voltadas para as famílias em situação de vulnerabilidade. A assistência era dispersa e descoordenada, sem um enfoque sistêmico.

Nesse contexto, não havia uma compreensão clara da importância de se promover o fortalecimento das famílias como um meio de combater a pobreza e a exclusão social. Para da Silva (2006) a ênfase estava na caridade e na ajuda imediata, em vez de investir em ações que capacitassem as famílias a superarem suas dificuldades a longo prazo.

A forma como as políticas sociais foram organizadas no Brasil, com atendimentos segmentados por categorias, como ocorreu com a política previdenciária e de saúde nos primeiros Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) durante o governo de Getúlio Vargas até cerca dos anos 60, resultou em uma série de características negativas no sistema de proteção social brasileiro. Essas políticas foram marcadas por características corporativistas, clientelistas e fragmentadas.

Ao decorrer das mudanças nos sistemas de proteção social, especialmente após as restrições econômicas e financeiras que ocorreram após os anos 1970, a sociedade civil, e mais especificamente, as famílias, passaram a ter um novo papel na proteção social. Isso levou a expectativas da sociedade de que a família continue a desempenhar um papel fundamental na integração social, proteção de seus membros, socialização, educação e no fornecimento de cuidados e bem-estar social.

Até a década de 1980, o sistema de proteção social brasileiro manifestava características que o aproximavam de um "padrão" conservador, marcado por práticas corporativas e clientelistas. Nesse período, as políticas de saúde e previdência social constituíam estruturas específicas de proteção social, embora estivessem distantes do modelo adotado pelos países europeus. De maneira distinta, a assistência social era percebida como uma forma de auxílio, quer fosse oferecida pelo setor público ou privado, direcionada à parcela mais empobrecida da população ou àqueles desprovidos de vínculos formais de trabalho.

Diversas reformas foram implementadas na década de 1980, visando expandir um padrão de proteção social unificado e redistributivo em resposta às demandas da classe trabalhadora. Os governos autoritários-tecnocráticos da época, em busca de legitimação político-social, adotaram estratégias como a modernização do sistema de proteção social e a realização de reformas para ampliá-lo. Nesse cenário, as políticas de saúde e previdência social foram inicialmente configuradas como medidas que abrangiam os trabalhadores formais, para posterior inclusão dos trabalhadores rurais, autônomos e informais, caracterizando uma abordagem que se aproxima de um modelo de *Welfare State* conservador corporativo.

A proteção social é mencionada em diversas Constituições brasileiras, entretanto é a Constituição Federal de 1988 que mais aborda o tema e em seu artigo 6º trata sobre a assistência social, juntamente com a saúde, a educação, o trabalho, a moradia, entre outros direitos destinados a assegurar a dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988)

Foi somente com a Constituição de 1988 que o trabalho com famílias no Brasil começou a passar por transformações significativas. A Carta Magna estabeleceu a assistência social como um direito social e dever do Estado, promovendo uma mudança de paradigma na abordagem à pobreza e à vulnerabilidade.

2.2 TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: APÓS 1988 NO CONTEXTO DO SUAS

A Constituição Federal de 1988 trouxe a Assistência Social para um novo momento relacionando-a ao ordenamento sócio institucional do Estado, resultante de lutas políticas transformando o processo de ampliação de direitos e proporcionando novos espaços de participação popular e legítimo de reivindicações, rompendo a perspectiva jurídica com a cultura do favor, do mando e do individualismo, isto é, a assistência social passa a compor a Constituição Federal como política pública de responsabilidade estatal na sua oferta, tendo verdadeiros direitos e deveres onde, os sujeitos podem acessar na condição de cidadão, a seguridade social é constituída de um tripé. Conforme Mota *et al*:

Somente com a Constituição de 1988 a sociedade brasileira teve, em tese, suas necessidades de proteção social reconhecidas pelo Estado através da instituição de um sistema público de proteção social (integrado pelas políticas de saúde, previdência e assistência social); contudo, mal foram regulamentadas, essas políticas passaram a ser objeto de uma ofensiva perversa e conservadora, materializada em propostas e iniciativas de reformas restritivas de direitos, serviços e benefícios (Mota *et.al.*, 2006, p.164).

A relação entre capital e trabalho no Brasil foi determinada diante de um elemento central que era o peso do escravismo, considerando o traço da desqualificação que marcou a condição de trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural. Toda esta relação se caracteriza como um desenvolvimento desigual e combinado, estabelecendo um processo de transição para o capitalismo, por meio de uma lenta substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, permanecendo traços conservadores da antiga ordem (Guimarães, 2009).

É preciso entender que, de acordo com Lajús (2010), para que a questão social se estabeleça como tal, a demanda coletiva precisa ter força de pressão sobre o poder instituído. Isto é o que diferencia expressões que, embora existissem antes do advento do capitalismo, não se constituíam como questão social, porque lhes faltava força de pressão para garantir a cena pública e provocar respostas por parte do Estado.

Na complexidade das relações familiares intervêm valores, interações e mecanismos que conformam as condições de possibilidade de distribuição e exercício de poder por cada um de seus integrantes. Essa interveniência de fatores de diversas ordens também se constata no âmbito das relações interinstitucionais [...]. Ambos os processos – intrafamiliar e interinstitucional – conhecem sobre determinações sociais e históricas para além do nível intersubjetivo dos agentes diretamente envolvidos. Em outras palavras, há condicionantes socialmente construídos que estão na base das formas como cada sujeito ou instituição decodifica a realidade e sobre ela age (Oliveira, 2011, p. 116).

A Constituição Federal de cinco de outubro de 1988 traz em suas disposições transitórias a definição de que a organização da seguridade social é um dos planos de custeio e de benefícios que seriam apresentados pelo Poder Executivo no período máximo de seis meses ao Congresso Nacional e que este teria idêntico período para apreciá-los, e assim deveria ter dotado ao conjunto de lei regulamentador da seguridade social, cuja implantação progressiva deveria acontecer dentro do prazo previsto no máximo até 5 de abril de 1991.

A Constituição Federal de 1988 é o marco legal para a compreensão das transformações e redefinições de todo perfil histórico da assistência social no País, pois a qualifica como seu artigo 194 da Constituição Federal:

Art. 194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único - Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
V - equidade na forma de participação no custeio;
VI - diversidade da base de financiamento;
VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (Brasil, 1988).

No que diz respeito às ações a serem desenvolvidas pela assistência social, diante da política apresentada pelo governo, dois princípios contidos no artigo 204 da Constituição, são inovadores e de indiscutível importância para o seu êxito, ou seja, o que se refere à descentralização político-administrativa e o relativo à participação da sociedade brasileira na discussão dos temas apresentados a sociedade.

Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social (Brasil, 1997, p. 2).

Acompanhado a luta de diferentes grupos e movimentos sociais, como sindicatos, partidos políticos, trabalhadores da área, intelectuais, profissionais liberais, igreja, organizações públicas e privadas entre outros, foi-se estabelecendo e construindo uma nova proposta de Lei Orgânica e de Política de Assistência Social em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão. Houve várias tentativas de instituições como o IPEA e a UnB, além do MPAS de estabelecerem suas propostas da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

Após apresentação, discussão e algumas negociações de vários projetos e emendas, a LOAS foi sancionada pelo Presidente Itamar Franco em 7 de dezembro de 1993 e publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 1993, sem o consenso dos órgãos gestores quanto ao reordenamento ou extinção das antigas instituições gestoras da Assistência Social no Brasil (Brasil, 1993)

Ainda a história Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS não termina com sua promulgação. Muito pelo contrário, a partir deste momento e que se começa a grande luta para a sua confirmação (Brasil, 1993).

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS dá início a um novo momento a assistência social brasileira, consignando-se enquanto Política Pública. Ela propõe a quebra de uma longa tradição cultural e política. Considerando os níveis de desigualdade que o Brasil vem acumulando nessas últimas décadas, a LOAS segue suas diretrizes na busca do atendimento aos cidadãos em situação de vulnerabilidade e pobreza. Uma vez que, compreende-se que

problemas advindos dessa exclusão social jamais poderão ser enfrentados por meio de um assistencialismo meramente complementar e emergencial.

A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS determina a introdução de transformações estruturais e conceituais diante da nova assistência social pública, modificando e estabelecendo por meio dela um novo cenário com novos atores e seguramente, estratégias e metodologias mais práticas, além de novas relações interinstitucionais com a sociedade.

Diante de dados da primeira década do século XXI, a situação das desigualdades na distribuição de renda se transformou, sendo essa situação atribuída à manutenção da estabilidade econômica, à promoção de políticas públicas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, e ao aumento do salário-mínimo. Medidas essas que se transformam a cada conjuntura política, de acordo com as atuais e novas exigências do ideário neoliberal, a que o mundo está submetido (Ipea, 2012).

Portanto a desigualdade é uma situação estrutural do capitalismo, que estabelece uma abordagem sistêmica necessitando ser estudada, conhecida e aprofundada para tornar possível e viável a sua compreensão de subsidiar a definição de estratégias para seu enfrentamento, superação e tomada de decisão (Bihl; Pfefferkorn, 2008).

De acordo com Piketty (2014, p. 24) a desigualdade de renda do trabalho é aquela que envolve salários, emolumentos, gratificações, bônus, renda do trabalho não assalariado, além de outras rendas remuneradoras do trabalho, de acordo com o estatuto jurídico aplicada em cada caso.

Conceituar desigualdade social determina variadas concepções que remetem a disparidade de rendimentos e das condições gerais de vida entre classes sociais e a distância que as separa em termos de forma de trabalho, de distribuição de renda, de propriedade e capital, e de acesso aos bens socialmente produzidos (Piketty, 2014).

Além da grande e significativa mudança com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Assistência Social também estabelece mudanças efetivas de rumo em relação ao caráter da assistência social. É imprescindível discutir mudanças após conhecer a legislação que regulamenta atualmente toda esta política.

Nos anos 90, ocorre uma transformação significativa na dinâmica entre família e Estado. Nesse período, a família emerge como uma figura central e focalizada, não apenas como alvo das ações estatais, mas como o paradigma dominante nas intervenções do governo. Em outras palavras, a família passa a ocupar o centro das políticas de proteção social, com destaque especial para a Assistência Social (Teixeira, 2016).

A Constituição Federal reconhece a assistência social como uma política social essencial

e um direito de cidadania, garantindo ainda, uma série de artigos que asseguram a sua oferta à população como exemplo:

Art. 194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Art. 204 - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social.

Os arts. 205 e 206 da Constituição da República estabelecem objetivos e princípios que integram o direito fundamental à educação, o qual deve visar a “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

O percurso estabelecido para construção do direito social determinou um movimento em torno dos direitos sociais que acontece de forma atrelada ao capitalismo industrial, que organizado com base em uma economia de mercado, liberta de amarras jurídicas, produzindo relações trabalhistas que foram marcadas por um processo de violação à dignidade. Concomitante, o direito à assistência social, inscrito e garantido mediante normativa constitucional, como ocorreu em 1988 no Brasil, estabeleceu uma intensa mobilização dos movimentos sociais na tentativa de romper com as ações voluntaristas, caritativas e beneméritas que historicamente marcaram a assistência social. Conforme expresso por Miotto (2010, p. 166) as instituições públicas ou não, continuaram sendo o grande campo de trabalho para os assistentes sociais e nelas as famílias continuaram como sujeitos privilegiados de intervenção.

O direito à assistência social, inscrito e garantido mediante normativa constitucional, como ocorreu em 1988 no Brasil, estabeleceu uma intensa mobilização dos movimentos sociais na tentativa de romper com as ações voluntaristas, caritativas e beneméritas que historicamente marcaram a assistência social.

As mudanças ocorridas na sociedade, ligadas ao sistema econômico, à reestruturação produtiva, às questões da reprodução humana, e a constante mudança de valores e hábitos oportunizam alterações na organização e nas formações familiares. Dentre algumas mudanças pode-se verificar uma variedade de arranjos familiares.

[...] um modelo de família cuja hegemonia numérica tem conhecido expressivo decréscimo, face à crescente diversidade de arranjos experimentados e observados no cotidiano da sociedade brasileira, permanece no imaginário social como referência quase absoluta de ideal, mantendo sua hegemonia simbólica. Em vista disso, reafirmamos nossa convicção de que a família brasileira persiste sendo perpassada pelo modelo de família nuclear burguesa, caracterizada por desigualdades nas relações de gênero e geração, em que os lugares do masculino e do feminino e de adultos e crianças ainda resistem à produção de rupturas de tal ordem que se possa aproximar da equidade (Oliveira, 2011, p. 59).

Outrossim, a atual Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que determina e é garantida pela responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, determina diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Assim, a política de Assistência Social na sua constituição histórica é pautada na busca do desenvolvimento de ações baseadas no clientelismo, benesse e caritativo com uma linha de atuação voltada aos pobres, doentes e incapazes de se manter, sendo o olhar do problema nos indivíduos de uma situação de vulnerabilidade. Ou seja, a pobreza era vista como uma esfera do sujeito e sua superação dependiam necessariamente de seu esforço em superá-la (Couto, *et al.*, 2010).

Fica determinado a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa total proteção. Numa perspectiva que, significaria aportar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros de mandatários destes serviços de assistência social. Objetivando prevenir situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Pnas, 2004, p. 33).

Neste contexto, o Trabalho Social com Famílias (TSF) no âmbito do Programa de Atenção Integral à Família- PAIF, desempenha um papel importante, inclusive no apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo sua inclusão social, fornecendo assistência e orientação, fortalecendo seu papel como provedoras de proteção e bem-estar para seus membros.

O trabalho com famílias determina o conhecimento de costumes, da sua história, do seu território e principalmente de sua atuação junto à sociedade. Considerando o elevado aumento populacional do país e, ao mesmo tempo, o alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial, o início da homogeneidade por segmentos de prioridades nos serviços, nos programas e nos projetos, torna-se ineficiente diante às variadas questões de uma realidade totalmente marcada pela desigualdade social, sendo necessário agregar ao conhecimento da realidade de uma dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial (Pnas, 2004).

A realização nos serviços da política pública de assistência social com as famílias, estabelece-se em uma dimensão socioeducativa, cuja direção vai depender das diretrizes e dos princípios da política, das instituições que estabelecem estes serviços e toda sua fundamentação teórico metodológica e ético-política que vão dar ao profissional todo direcionamento do

trabalho realizado, que podem ser ou não similares. Considerando as condições políticas e institucionais, estabelecidas na LOAS, cabe entender os avanços conquistados pela sociedade brasileira na construção da política de assistência social, decorrência de seu reconhecimento como direito do cidadão e de responsabilidade do Estado.

Apesar disso, a consolidação da assistência social como política pública e direito social ainda exige o enfrentamento de importantes desafios, para dar efetividade à assistência social como política pública. A Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como estratégias para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social.

O trabalho social com famílias sempre esteve presente na Assistência Social, o que muda com a LOAS, PNAS, e com o SUAS, é sua direção na perspectiva de garantia de direitos. Assim define a LOAS:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Loas, 1993, p. 1).

Nesse trabalho social nem sempre sistemático e estruturado, as famílias eram tratadas de forma idealizada e não como eram na realidade. As expectativas em torno das famílias ainda estão impregnadas de idealizações. O desejo da sociedade liberal é que, a família se constitua enquanto provedora das necessidades e do sustento. Em um lugar de proteção, afeto, construção de identidades, vínculos de pertencimento, inclusão social e cuidado, principalmente nos momentos de fragilidade, compreendendo que todos esses fatores dependem exclusivamente dos membros dessa família e estes não vivenciassem e/ou necessitassem de intervenções e/ou condições externas a esta. Caindo sobre esta constituição familiar, todo comportamento que esteja fora do padrão, pela impossibilidade de se sustentar e pelas vulnerabilidades vivenciadas, com estigmas e preconceitos.

Em relação às condições materiais da vida, refere-se à unidade doméstica que se ocupa primordialmente com a manutenção da vida: comer, vestir, abrigar e repousar. No passado, o grupo familiar era entendido como uma unidade de produção onde ela própria produzia seus meios de vida, já na sociedade atual é uma unidade de renda e consumo e tem no trabalho

individualizado as totais bases para a sua real manutenção. Enquanto instituição pode ser entendida como um conjunto de normas e regras constituídas historicamente expressas nos costumes e na legislação atual.

Goldani (2005) determina que a política brasileira seja “referida à família” e não “para a família” porque na primeira modalidade são as funções familiares e sua potencialização. Enquanto Teixeira (2016) já aponta a marca do familismo na política social apresentada no país, embora tenha surgida várias inovações significativas nessas políticas se comparadas ao seu grande passado.

É certo que toda ação de mudança de um objeto natural, mediada por meios ou instrumentos elaborados por uma finalidade que busca um produto para atender as diferentes situações e necessidades humanas (Marx, 2003).

No trabalho social este depende das finalidades posta pela política social, a organização de uma política é a adição de variadas contribuições e da participação de diversos sujeitos, percorrendo um caminho bastante longo com acréscimos, cortes e supressões até sua total aprovação. Todo este processo ativo e de decisão pode se desviar da sua formulação inicial, no caso da Política de Assistência Social, a centralidade na família implica desafios de como trabalhar com suas múltiplas formas de organização. Essas múltiplas formações de família se constituem em um desafio para os profissionais que atuam junto às famílias, como é o caso do assistente social, pois para tal é preciso concebê-las em suas múltiplas e variadas formas de organizações, e compreender suas particularidades decorrentes do seu pertencimento de classe, das suas heranças culturais, do território em que se situam e que definem suas vulnerabilidades, dentre outras. A maneira com que os profissionais percebem os diferentes arranjos familiares determina, muitas vezes, sua forma de atuação.

Para Giaqueto e Oliveira (2017, p. 211) “A afirmação da centralidade da família na política de assistência social, a nosso ver, por um lado significou um avanço, no sentido de contribuir com o resgate da necessidade de olhar as relações sociais em sua totalidade”. Porém esta abordagem não deve se limitar exclusivamente à família, uma vez que ela está conectada a um contexto social específico, refletindo os conflitos mais amplos presentes na sociedade em que está inserida.

Segundo Miotto (2006) a forma como a família é incorporada à política pública, interfere na organização dos serviços e na proposição e condução de todo trabalho apresentado e realizado com famílias no cotidiano dos serviços, que envolve os programas e projetos sociais. Esses por sua vez, determinam uma fundamentação teórico-metodológica de diferentes

perspectivas, conceituadas de ecletismo, além de determinada fundamentação política, concepção de justiça social e de direitos.

Assim temos como organizadores estruturais: de um lado, a forma como a política é pensada, desenhada e como está é incorporada à família, determinando as normativas dos serviços e do trabalho com essas famílias, estabelecendo uma finalidade ao trabalho profissional das equipes de todos os envolvidos; de outro, as orientações teórico-metodológico e ético-políticas dos profissionais, que precisam ser compatíveis com este desenho da política ou não.

As ações tomadas por parte da assistência social antes da Constituição de 1988, eram vistas como características do assistencialismo, do paternalismo ao sistema, que mesmo com a intervenção do Estado com a prestação dos serviços públicos, eram fragmentados, descontínuos, assistemáticos, superpostos, executados por diferentes organizações filantrópicas e religiosas, sem o devido financiamento.

A assistência como ação social demandava um trabalho com famílias, que as práticas socioeducativas de todo trabalho social apresentado aconteciam numa dimensão normatizadora e disciplinadora, conseqüentemente moralista e de educação doméstica, partindo da ideia de que os indivíduos e suas famílias precisariam passar por uma reforma moral e intelectual para poder superar as suas disfunções e desajustamentos sociais em que se encontravam (Miotto, 2006).

A prestação dos serviços era direcionada às famílias em situação-limite, em especial às “mais derrotadas”, “incapazes”, “fracassadas” e não em situações cotidianas da vida familiar, com ações que buscavam prevenir e ofertar serviços que dessem sustentabilidade e apoio às famílias. Mesmo os serviços sociais contemporâneos almejavam um mesmo funcionamento e funcionalidade das diferentes famílias, aceitavam algumas transformações nos modelos de vida familiar, mas com pouca abertura para as mudanças nos seus papéis sociais (Saraceno, 1992).

3 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): BENEFÍCIOS, SERVIÇOS E GARANTIAS

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004 e visa concretizar a Lei Orgânica da Assistência Social, fortalecendo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ela estabelece princípios e diretrizes para a assistência social no Brasil, define responsabilidades dos entes federados e níveis de proteção.

3.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pelo CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) através da Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004¹ e publicada no Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2004.

A PNAS tem como objetivo dar concretude à Lei Orgânica da Assistência Social e fortalecer a construção do Sistema Único de Assistência Social, estabelecendo princípios e diretrizes para a Política de Assistência Social, além de definir as responsabilidades dos entes federados e os níveis de proteção. Esse novo enfoque destaca a necessidade de ações organizadas, planejadas, monitoradas e avaliadas, com a capacidade de enxergar os indivíduos e suas famílias como síntese de múltiplas relações.

Esse redirecionamento proporciona uma abertura para melhorar as condições de serviços oferecidos aos usuários da política, incluindo uma ampliação no número de profissionais. Reconhece-se a importância de reorganizar a Política de Assistência Social em novas bases de gestão, com a inclusão de recursos humanos, materiais e financeiros mais qualificados. Essa reestruturação se traduz em novas diretrizes que fortalecem o trabalho social com famílias, promovendo uma abordagem mais eficaz e centrada nos direitos.

Está organizada na análise situacional, ou seja nos aspectos demográficos da população brasileira, com um foco especial nos grupos prioritários, como crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, que se encontram em situação de pobreza; na Política Pública de Assistência Social, a qual detalha a política pública de assistência social, apresentando seus princípios, diretrizes, objetivos, usuários e as duas áreas de proteção a serem garantidas: básica e especial; e na Gestão da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema

¹ “Revogada pela Resolução nº33, de 12 de dezembro de 2012, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)”.

Único de Assistência Social (SUAS), destacam-se os eixos estruturantes, que incluem a matricialidade sociofamiliar, a descentralização político-administrativa e a territorialização, novas bases para a relação entre o Estado e a Sociedade Civil, financiamento, controle social, participação popular, Política de Recursos Humanos e Informação, Monitoramento e Avaliação.

Os princípios adotados à luz da Constituição de 1988 e da LOAS, pela PNAS são: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais; respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária; igualdade de direitos no acesso ao atendimento; divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais (Brasil, 2005).

E também coloca como as seguintes diretrizes para organização da Assistência Social: a Descentralização político-administrativa; a participação da população, por meio de organizações representativas; primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (Brasil, 2005).

Neste formato a assistência social estabelece proteção às famílias por meio da garantia das seguranças sociais uma inovação política, que determina o escopo dela. Essas seguranças, estabelecidas como as garantias sociais que devem nortear as ações da área da política de assistência social, asseguram a concretização de alguns direitos sociais reconhecidos pelo Estado brasileiro, são elas:

Segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia: através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos.

- segurança de convívio ou vivência familiar: através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências socioeducativas, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas em rede de núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades.

- segurança de acolhida: através de ações, cuidados, serviços e projetos operados em rede com unidade de porta de entrada destinada a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, restaurando sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais desenvolvidas através de acesso às ações socioeducativas (Brasil, 2005, p. 40).

As seguranças sociais delimitam o âmbito de oferta da política de assistência social, sendo concretizadas por meio de um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios

disponibilizados no território. É importante destacar que os diversos fatores contribuem para as diferentes formas de desproteção social e indicam que o sistema público de proteção social envolve outras políticas sociais. Isso implica na necessidade de uma ação coordenada e articulada, com o objetivo de garantir a integralidade e a abrangência na proteção dos direitos sociais.

Seus objetivos A PNAS apresenta os seguintes objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem; - Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2005, p. 33).

Esses objetivos fundamentais norteiam a atuação da assistência social, buscando promover uma sociedade mais inclusiva, justa e equitativa, onde as necessidades das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade sejam atendidas, fortalecendo os laços familiares e comunitários.

3.2 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pensar as políticas sociais para além do horizonte da mera acomodação de conflitos requer referenciá-las no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas de maneira que elas não possibilitem somente reduzir as manifestações mais agudas da pobreza, através de serviços sociais básicos e do seu acesso, mas, sobretudo, permitir que a política social torne-se um instrumento de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes. Insistir na densidade político-emancipatória das políticas sociais (Paiva, 2006, p. 6).

Discutir a política pública de Assistência Social ainda representa um desafio significativo a ser superado, uma vez que a implementação das ações nessa área muitas vezes permanece distante da perspectiva de assegurar direitos por meio de compromissos públicos efetivos. Embora tenha sido reconhecida como uma Política Pública de Estado e tenha sido integrada à Seguridade Social Brasileira, marcando um avanço significativo em relação ao assistencialismo histórico, ainda enfrentamos obstáculos. No entanto, é importante ressaltar que mesmo com os progressos alcançados, a jornada para garantir plenamente os direitos através da Assistência Social continua em evolução. Há cada dia são dados passos adicionais neste percurso, trabalhando para aprimorar o sistema e assegurar que a Assistência Social cumpra seu papel fundamental na promoção do bem-estar e na garantia de direitos para os cidadãos.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surgiu como resultado das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social em dezembro de 2003. Sua criação foi formalizada por meio da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, e da Norma Operacional Básica do SUAS, em 2005. Estes documentos estabelecem de maneira clara as competências de cada esfera de governo e os princípios orientadores para a implementação e consolidação desse sistema. A criação do SUAS representa um marco importante na organização e gestão da assistência social no Brasil, definindo os caminhos a serem seguidos para garantir a efetivação dos direitos socioassistenciais e a cooperação entre os diferentes níveis de governo na promoção do bem-estar da população.

A proposta de gestão descentralizada implica na distribuição de responsabilidades entre os diversos entes federados. Neste contexto, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) delinea as atribuições de cada esfera de governo, com o objetivo de estabelecer, regular, manter e expandir as ações de assistência social. Essa abordagem reflete o compromisso do Estado em assegurar os direitos de todos os cidadãos e garantir o acesso aos serviços de assistência social, com base no princípio do dever estatal (SIMÕES, 2011).

Esse modelo de gestão descentralizado e participativo, estabelece-se como uma estrutura de regulação e organização de ações socioassistenciais em todo o território nacional. Seus serviços, programas, projetos e benefícios são estruturados com prioridade voltada para o atendimento das famílias, seus membros e indivíduos. A organização desses serviços leva em consideração as funções desempenhadas, a demanda populacional e a complexidade das necessidades. Além disso o SUAS adota um sistema de gestão compartilhada, sendo uma política pública que envolve as três esferas de governo. Cada segmento tem competências claramente definidas, e a participação e mobilização da sociedade civil desempenham um papel fundamental na sua implantação efetiva.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (Brasil, 2005, p. 39).

Seu objetivo primordial é assegurar a proteção social dos cidadãos, fornecendo suporte para que indivíduos, famílias e comunidades enfrentem e superem suas dificuldades. Isso é realizado por meio da oferta de uma variedade de serviços, benefícios, programas e projetos.

Esses programas têm a função de estabelecer e organizar os elementos essenciais para a implementação da política de assistência social. Isso inclui a padronização dos serviços, a garantia da qualidade no atendimento, a definição de indicadores de avaliação e a mensuração dos resultados alcançados na rede socioassistencial.

Para efetivar a proteção social, o SUAS divide suas ações em duas categorias principais: Proteção Social Básica, que visa prevenir riscos sociais e pessoais, e Proteção Social Especial, que assegura apoio a pessoas em situação de risco ou violação de direitos. Esse sistema é estruturado com o propósito de promover, preservar e/ou restaurar as condições de vida e convívio familiar e social.

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (Brasil, 2004, p. 3).

A proteção social básica engloba os serviços oferecidos a usuários e famílias que enfrentam situações de risco social. Essas situações não são apenas resultado de sua organização pessoal, mas também estão relacionadas a fatores macrossociais, como a falta de acesso à renda, ao emprego e a outras políticas sociais.

A proteção social especial abrange situações de vulnerabilidade relacionadas à violação de direitos ou ao rompimento de vínculos familiares, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2005, p. 33).

Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito (Brasil, 2014, p. 29).

De acordo com a Norma Operacional Básica (Brasil, 2005), a proteção social especial se divide em serviços de média e alta complexidade. Os serviços de média complexidade englobam os usuários que apesar da violação de direitos, ainda mantêm vínculos familiares e comunitários. Já na alta complexidade, encontram-se os serviços voltados para os usuários que não possuem vínculos familiares ou comunitários e que necessitam, mesmo que temporariamente, da garantia de sua proteção.

São considerados eixos estruturantes do SUAS: matricialidade sociofamiliar; descentralização político administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre

Estado e Sociedade Civil; financiamento; controle social; o desafio da participação popular/cidadão usuário; a Política de Recursos Humanos; a informação, o monitoramento e a avaliação. Já os serviços socioassistenciais são organizados a partir das seguintes referências: vigilância socioassistencial (produção e sistematização de informações, índices e indicadores territorializados das situações de vulnerabilidade e risco social), a proteção social e a defesa social e institucional (proporcionar o acesso aos direitos socioassistenciais e a sua defesa) (Brasil, 2005).

Todos os serviços e programas da assistência social são fundamentados em três pilares essenciais que definem, caracterizam e orientam suas ações: a matricialidade sociofamiliar, a territorialização das atividades socioassistenciais e a articulação intersetorial.

Embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. Nesse contexto, a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2005, p. 41).

A matricialidade sociofamiliar tem papel de destaque na proteção social, e deve ser entendida como mediação fundamental na relação entre sujeitos e sociedade. Aspecto polêmico, pois envolve desde a concepção de família (de que família está se falando?) até o tipo de atenção que lhe deve ser oferecido (Couto; Yasbek; Raichelis, 2010, p. 66).

Para Giaqueto e Oliveira, (2017, p. 211), “O princípio da matricialidade familiar, na PNAS, busca superar a focalização, ou seja, o processo de organização das ações que as fragmentam em segmentos: idosos, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, mulheres”. Nesse sentido, esse princípio prevê o atendimento a todos os membros e não atendendo apenas os “segmentos” isoladamente.

O objetivo fundamental desses serviços de proteção à família é abordar e enfrentar as situações de vulnerabilidade que afetam as famílias, efetivando assim a abordagem centrada na família no âmbito do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Esta abordagem visa o desenvolvimento, fortalecimento e prevenção de rupturas nos vínculos familiares. Em última análise, busca aprimorar a capacidade de proteção tanto da família como de seus membros (Pnas, 2004).

3.3 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) não é uma iniciativa recente. Suas raízes remontam ao início dos anos 2000, passando por várias transformações e aprimoramentos, incluindo mudanças em sua nomenclatura, o que reflete sua redefinição dentro do âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A experiência de trabalho com famílias começou em 2001 com um projeto piloto denominado Programa Núcleo de Apoio à Família - NAF. Para expandir e melhorar essa abordagem, em 2003, foi introduzido o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF. Em 2004 o plano foi ajustado de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, estabelecendo o “Programa de Atenção Integral à Família” por meio da Portaria nº 78 de 08/04/2004, que se tornou a principal referência para os usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o programa passou a ser conhecido como Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Essa mudança de nomenclatura enfatiza a ideia de uma ação continuada, alinhada com o princípio estabelecido pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (Brasil, 2009, p.12).

O PAIF abrange ações socioassistenciais de prestação contínua, voltadas para o trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade. Este serviço tem como principal objetivo a prevenção do rompimento dos vínculos familiares e a redução da violência nas relações familiares.

São objetivos do PAIF:

- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;

- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (Brasil, 2014, p. 15).

É um componente essencial da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Seu propósito é a prevenção de situações de risco social, por meio do desenvolvimento das potencialidades e capacidades das famílias, bem como do contínuo fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O PAIF é essencial para a proteção de assistência social, vez que assegura espaços de convívio, informa e garante acesso aos direitos socioassistenciais, contribui para a gestão intersetorial local, para o desenvolvimento da autonomia, o empoderamento das famílias e a ampliação de sua capacidade protetiva. Fortalece, ainda, vínculos familiares e comunitários, favorecendo a ampliação de perspectivas de vida das famílias mais vulneráveis e o acesso a oportunidades (Brasil, 2009, p. 5).

Desempenha um papel crucial na proteção da assistência social, estabelecendo espaços de convívio, fornecendo informações e garantindo o acesso aos direitos socioassistenciais. Além disso, ele desempenha um papel fundamental na gestão local, no desenvolvimento da autonomia e no empoderamento das famílias, aumentando sua capacidade de proteção. Fortalece, ainda, vínculos familiares e comunitários, favorecendo a ampliação de perspectivas de vida das famílias mais vulneráveis e o acesso a oportunidades (Brasil, 2009, p. 5).

É um serviço obrigatório oferecido pela equipe de referência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo este uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2009, p. 9).

Neste sentido, o CRAS é a porta de entrada para o SUAS, e deve ser localizado em áreas de maior vulnerabilidade social, com abrangência de até 1.000 famílias por ano (Brasil, 2005). Sua função é oferecer prestação de serviços de assistência social às famílias que habitam locais de difícil acesso, como áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, assentamento, dentre outras comunidades e povos tradicionais.

Atuam na comunidade, com as famílias onde os vínculos estão preservados. Promovem, articulam e/ou executam o trabalho com famílias da comunidade que estão inseridas em programas diversos, como transferência de renda, socialização de crianças e adolescentes, grupos de convivência para idosos, entre outros (Afonso, 2006, p. 172).

Assim, de forma articulada com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, o CRAS possui um importante papel ao ofertar garantia e acesso à proteção social básica as famílias brasileiras.

Essa unidade deve assegurar a composição de equipes de referência, definida na NOBRH/SUAS como:

Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (BRASIL, 2009).

Para definição das equipes de referência, os municípios brasileiros foram caracterizados de acordo com seu porte demográfico e demais indicadores socioterritoriais, na perspectiva de sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do número potencial de usuários que dela possam necessitar (Brasil, 2004, p. 45). Desta forma as equipes de referência do CRAS variam segundo o porte do município, e está regulamentada na NOB-RH/SUAS de 2006, como podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 1: Quantidade de CRAS por porte dos municípios

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: Brasil, 2012, p. 30.

Esses profissionais irão compor uma equipe interdisciplinar de trabalho nos CRAS, e deverão programar procedimentos diversos a partir de pressupostos  ticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo de cada profissão (BRASIL, 2012, p. 15).

O profissional deverá analisar criticamente a realidade para que assim crie estratégias de interven o que amplie os direitos sociais.

[...] a previsão da existência de equipes em documentos como a Política Nacional de Assistência (PNAS), a Norma Operacional Básica de Recursos (NOB-RH) e a Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social (NOB-SUAS); equipes nas quais profissionais de diversas áreas trabalham junto/as. Dentre eles/as, vamos encontrar: assistentes sociais, psicólogos/as, pedagogos/as, entre outros/as. É uma exigência da PNAS que esses profissionais trabalhem juntos/as em equipes interdisciplinares. [...] valendo-me do largo histórico de ambas as profissões, por um lado, e dos elementos da crise sociocultural impostos pela pós-modernidade, é urgente que façamos justamente em função disso tudo, a reflexão sobre as bases e a dinâmica dessa relação interdisciplinar (Ortiz, 2011, p. 193).

De tal forma o trabalho realizado pelas equipes inclui: acolhida, entrevistas, ou visitas domiciliares e o acompanhamento é feito por serviços socioeducativos para as famílias e atendimentos individualizados tanto no CRAS, quanto nos domicílios quando necessário. As famílias referenciadas devem ter garantido o acolhimento, bem como informações sobre os demais serviços e benefícios a que pode acessar, entre eles os programas de transferência de renda, os benefícios eventuais, em caso de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária, o BPC-Benefício de Prestação Continuada.

O acompanhamento familiar consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais (Brasil, 2012, p. 57). Prevê um Plano de Acompanhamento Familiar, com objetivos a serem alcançados, inseridos em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas.

O PAIF prevê também atividades coletivas e comunitárias, através de reuniões, palestras, eventos que compõem o acompanhamento das famílias (BRASIL, 2008).

O TSF no âmbito do PAIF pode ocorrer por meio de dois processos distintos: o atendimento individual e o acompanhamento familiar. Embora distintos, são complementares, as ações particularizadas podem ser realizadas no CRAS ou em visitas, ou ainda, por uma busca ativa, os encaminhamentos se caracterizam como atendimentos individuais, estes podem ser feitos para outras políticas, e no coletivo, as oficinas com famílias com temáticas específicas que visem a questões enfrentadas em comum, construindo referência entre elas, solidariedade, pertencimento, estratégias de enfrentamento, as e ações comunitárias, que são pensadas pelo grupo como dispositivo para dar destaque a temas que achem relevante de serem abordados junto à comunidade, e a acolhida pode ser tanto individual quanto coletiva, feito por meio de contato com os técnicos por meio da escuta, a fim de entender as demandas das famílias e propor ações.

3.4 O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS: CONCEITO E OPERACIONALIZAÇÃO

A retomada da família no contexto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) de 2005, com a perspectiva da matricialidade sociofamiliar, reacende debates sobre o trabalho social direcionado a ela.

Para compreender todo processo constitutivo da assistência social é preciso conhecer um pouco da sua história frente aos sistemas de proteção social que foram desenvolvidos ao longo do tempo. Estes sistemas de proteção social, de acordo com Di Giovanni (1998), são formas institucionalizadas ou não que as sociedades estabelecem para proteger parte ou o conjunto de seus membros; sendo estes decorrentes de várias vicissitudes da vida. As sociedades sempre apresentam recursos e esforços em suas atividades de proteção social, diversificando a forma de atendimento de um grupo social para outro, seguindo critérios históricos e culturais, que sempre perpassam por uma dimensão de poder acompanhado três modalidades não excludentes entre si: a tradição, a troca e a autoridade (Di Giovanni, 1998).

O grande desenho da Política de Assistência Social, a partir da PNAS de 2004, determina romper com a tradição de atendimentos pontuais, descontínuos e fragmentados, estabelecidos para situações limites extremos, assumindo uma nova dimensão preventiva, em nível de proteção básica, além daquela dirigida para situações de média e alta complexidade, quando o risco ou violação de direitos já aconteceu. Há, entre seus princípios estruturantes, a matricialidade sociofamiliar como antídoto à fragmentação dos atendimentos aplicados.

O contexto social no qual compartilhamos nos convoca a repensarmos as nossas práticas conscientizadoras e transformadoras da realidade, dentro e fora dos sistemas educacionais e assistenciais do Estado. Busca-se sempre uma melhoria em todo sistema. Conforme expresso pelo autor Paulo Freire (1987), o caminho da educação é sempre o caminho possível para a transformação social, trata-se de aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la).

A questão social é cada vez mais multifacetada e, de múltiplas determinações, está se desdobrando em diferentes expressões decorrentes da propriedade privada dos meios fundamentais de produção, de toda divisão social de trabalho e das relações de classe em contradição. A produção da riqueza social à custa da variada exploração de uma enorme massa de trabalhadores, submetidos à venda da sua força de trabalho, estabelece os fundamentos das

expressões da questão social. O que representa dizer que, no capitalismo, a produção da riqueza social e a sua distribuição são as principais contradições que configuram a sociedade em geral.

O termo “trabalho social com famílias” é utilizado há muito tempo, sendo frequentemente encontrado na política de assistência social. Porém, a reflexão realizada sobre o assunto demonstra que as definições desse termo são escassas e desprovidas de elementos capazes de facilitar sua compreensão.

No âmbito do PAIF, o conjunto de procedimentos efetuados diante de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, na tentativa de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um grupo de cidadão, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, que se estabelece em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis.

Desde o final da década de 1970, quando o processo de ruptura do Serviço Social (NETTO, 2004) com a tradição conservadora adquiriu maior concretude, a questão social veio pouco a pouco se construindo como objeto do Serviço Social, ainda que não corresponda a uma atribuição privativa da profissão. Esse processo promoveu a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social cujo peso político-ideológico e teórico-metodológico determinou a opção por uma direção social estratégica para a profissão com profundas refrações no exercício profissional, na formação profissional e na organização política dos assistentes sociais (Mota, 2016, p. 30).

Tal objetivo acontece diante do desenvolvimento de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, compreendendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por finalidade apresentar suas potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (Brasil, 2012, p. 12).

As expectativas que envolvem a formação familiar ainda são cheias de idealizações. A família se constitui enquanto provedora das diferentes necessidades e do sustento, em um momento de proteção, afeto, construção de identidades, vínculos de pertencimento, inclusão social e cuidado, principalmente em momentos de fragilidade, porém diversos, fatores não permitem uma vivência digna frente a uma situação real na busca de solucionar e atender toda esta demanda. É aí que surge a necessidade da intervenção externas que vem retratar o conceito e a operacionalização do trabalho social apresentado às famílias através da assistência social, destacando seus diferentes limites e possibilidades.

As múltiplas formações familiares atualmente existentes se constituem em um desafio para os profissionais que atuam em conjunto com estas famílias, como é a função do assistente social, pois para tal é necessário compreendê-las em suas múltiplas formas de organizações, e

apreender suas particularidades advindas do seu pertencimento de classe, das suas heranças culturais, do território em que se situam e que definem suas diversas formas de vulnerabilidades. Um dos eixos estruturantes da política de assistência social, preconizada no SUAS, é a matricialidade sociofamiliar, que significa a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos dessa política (Brasil, 2004, p. 27).

O novo desenho da Política de Assistência Social, a partir da PNAS de 2004, busca uma ruptura com a tradição de atendimentos pontuais, dispersos, descontínuos e fragmentados, determinados a situações limites de extremas necessidades, pois elas precisam assumir uma dimensão preventiva, em nível de proteção básica, além daquela dirigida para situações de média e alta complexidade, quando o risco ou violação de direitos já aconteceu.

Conforme declarações de Reis (Reis, 1995 *apud* Toledo, 2007), onde o surgimento do padrão dominante familiar em nossa sociedade, iniciando em meados do século XVIII, permanecendo inalterado até o século XX. Este padrão acontece em uma organização social que era necessária, para a reprodução da ordem instituída e a organização clássica da família perpassando por crises diante da revolução dos costumes nos anos 1960 e com o acontecimento histórico da saída das mulheres para o mercado de trabalho (Toledo, 2007).

Para Fukui (1998) família é um conjunto de relações sociais baseadas em elos de sangue, adoção e aliança socialmente reconhecidos tanto costumeiramente quanto legalmente, podendo ser estabelecida por três ângulos: materiais, institucionais e de valor.

Família surge entre as relações de espaços públicos e do privado, intensificando o vínculo afetivo entre seus membros em defesa do mundo exterior e, ao mesmo tempo, demarcando um território de pertencimento e manifestação dos afetos (Ariès, 1978 *apud* Toledo, 2007, p. 20).

Atualmente as famílias têm criado formas particulares de organização, não se limitando à forma nuclear de pai, mãe e filhos dos mesmos pais, mas a uma forma distinta e decorrente dos novos tempos, onde os casais se unem e se desunem por diferentes formas e vezes e passam a conviver ou não, com filhos, frutos de antigas relações conjugais e filhos que nascem de suas novas uniões (Szimanski, 1992. Wagner, 2002).

Na ideia de Sarti (2005), a família é um grupo social que concretiza vínculos de parentesco de consanguinidade entre irmãos, de descendência entre pai e filho e mãe e filho, e de afinidade, por meio do casamento, que compartilham um mesmo cotidiano, da união por afeto e experiências de cuidado mútuo, além da transmissão de tradições de um indivíduo para outro (Szimanski, 2002).

A forma de operacionalizar o trabalho social com famílias dispõe de fatores que contribuem para a construção de uma trajetória do trabalho social com famílias e das políticas de atendimento frente às necessidades destas no âmbito da política de assistência social. Tal aprofundamento destas reflexões em volta do trabalho social apresentado às famílias é consequência das mudanças na visão da importância da família, e do agravamento da crise do mundo do trabalho (Oliveira, 1996; Filho, 2009).

É possível entender os efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, com o aumento do desemprego, e, em determinadas situações, como a destruição dos postos de trabalho não qualificados; ocasionando a redução dos salários, além das reduções de gastos com as políticas sociais (Oliveira, 1996; Filho, 2009).

Nesse sentido, a família contemporânea, que se apresenta cada vez menor e com uma variedade de arranjos, encontra-se mais vulnerável devido à precariedade de trabalho e condições de vida. Segundo Carvalho (2008), para desenvolver esse trabalho, é necessário partir do pressuposto metodológico do reconhecimento da inserção da família em um contexto de estrutura desigual, cujos problemas sociais não decorrem naturalmente dela ou de seus membros, tampouco da forma de organização familiar.

Ao reconhecer a família em um contexto de estrutura desigual e identificar que os problemas não decorrem dela, nas reflexões de Couto (2008), o trabalho social com grupos familiares, nos CRAS e CREAS, podem viabilizar a construção coletiva de respostas para os problemas identificados. Essa abordagem pode configurar-se como um espaço de socialização de informações, tornando-se uma estratégia eficaz para ampliar o entendimento sobre a problemática em questão e a rede de serviços disponíveis. Essa prática favorece a localização de recursos sociais no território e proporciona a cada participante do grupo a percepção das formas de organização do poder público e da representação da sociedade civil, além de estimular a defesa de direitos sociais.

Para Miotto (2004) o TSF deve desenvolver-se na atuação direta (face a face) com a família, acompanhando as formas e meios disponíveis para que ela realize seus cuidados. Isso inclui entender como a família faz uso desses recursos, direcionando-se para projetos que proporcionem sustentabilidade. Nas proposições e articulações relacionadas à política social que ultrapassem essa atuação direta. Além disso, o TSF deve agir em conjunto com as próprias famílias para o estabelecimento, pelas instâncias responsáveis da sociedade, de políticas baseadas nas demandas reais, proporcionando oportunidades de protagonismo familiar em relação a essas interações externas. E, na avaliação do impacto que as políticas sociais têm no

âmbito das famílias, considerando não apenas os resultados, mas também as modificações em seu cotidiano.

Por fim, um cuidado em que os profissionais devem atentar-se, conforme enfatiza Teixeira (2010), é o de direcionar as ações profissionais apenas para a ótica da "psicologização" dos problemas sociais ou ainda baseá-las em padrões de normatividade, controle e estabilidade. Isso desvia o foco do trabalho social direcionado à família no contexto de uma sociedade desigual, excludente e repleta de contradições e lutas permanentes.

4 O PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

O capítulo que se inicia tem como objetivo apresentar a origem do Programa Família Paranaense e a proposta de acompanhamento familiar. Neste contexto, serão abordados e refletidos os conceitos fundamentais, os caminhos planejados e os desafios enfrentados no âmbito do trabalho social com famílias. A inclusão de dados provenientes dos municípios envolvidos na pesquisa, juntamente com informações sobre a adesão ao Programa, sua implementação e os desafios enfrentados pelos técnicos, contribuirá de maneira significativa para a compreensão da trajetória e impacto do programa.

4.1 A ORIGEM DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

O programa Família Paranaense, foi fruto de uma proposta do governo Beto Richa e foi concebido numa lógica de unir forças entre Estado, municípios, comunidades e famílias, para promover a erradicação da extrema pobreza em todo o Paraná. Foi criado pela Lei Estadual nº 17.734/2013, teve como foco principal articular as políticas públicas estaduais e municipais, buscando o desenvolvimento, o protagonismo e a promoção social das famílias que vivem em situação de alta vulnerabilidade social.

O programa de acompanhamento familiar foi uma iniciativa intersetorial liderada pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, que envolve a participação de 19 áreas do Governo do Estado. Este programa foi desenvolvido com a finalidade de atender às diversas necessidades de cada família, levando em consideração as particularidades de cada região. Seu objetivo é promover melhorias nas condições de vida das famílias que enfrentam um alto grau de vulnerabilidade social. Isso é realizado por meio da implementação de um conjunto de ações estrategicamente planejadas, que são adaptadas de acordo com as necessidades específicas de cada família e as características do território em que estão inseridas.

O acompanhamento familiar apresentado pelo programa baseia-se em paradigmas colaborativos e está alinhado com o trabalho social realizado junto às famílias. Esse trabalho social é respaldado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é executado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

A identificação das pessoas é realizada com base nos dados do Cadastro Único (CadÚnico), que serve como fonte de informações essenciais para a equipe na aplicação do

IVF-PR² e para orientar os municípios na identificação de famílias, no planejamento e na elaboração de ações municipais. Esse processo considera quatro dimensões: a adequação do domicílio, o perfil e a composição familiar, o acesso ao trabalho e à renda, e as condições de escolaridade. Como o público-alvo do programa são as famílias que residem no Paraná e estão em situação de alta vulnerabilidade social, foi desenvolvido um índice sintético chamado IVF-PR para identificar e quantificar o grau de vulnerabilidade de cada família.

A exemplo da PNAS, o Estado também adota este formato de deixando focalizar exclusivamente no indivíduo e passar a priorizar a família como um todo no centro das políticas de proteção social e atendimento, com o objetivo de fortalecer os laços familiares e capacitar as famílias para promoverem transformações efetivas.

No ano de 2021 foi aprovado em sessão plenária o novo programa então passando a se chamar “Programa Nossa Gente Paraná”, um projeto de Lei n. 54/2021 alterando a Lei Estadual n.17.734 de outubro de 2013.

A Lei n. 20.548 de 27 de abril de 2021, cria o Programa Nossa Gente Paraná, destinado ao atendimento e promoção de famílias/indivíduos por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais, essa mudança a princípio foi somente no nome do programa, pois toda a metodologia ainda é referenciada a versão publicada em 2017. Cabe destacar aqui, pois hora as entrevistadas se referem ao Programa Família Paranaense e ao Programa Nossa Gente Paraná.

4.2 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

Encontramos quatro citações que compõem o conceito de família na proposta de acompanhamento familiar a primeira: retrata os laços afetivos e/ou de parentesco, formando uma matriz de conexões em torno do sustento econômico e da reprodução cultural e/ou biológica. Compartilham uma dimensão tempo-espço do cotidiano, marcada por uma identidade singular, uma história específica e uma perspectiva de futuro (Paraná, 2017, p. 16 *apud* Cerccanias, 2013, p. 6).

Cita também que é um "espaço a ser cuidado", sendo essencial reconhecer a natureza e

² O Iparades desenvolveu, em conjunto com a Seds, um índice sintético chamado Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF-PR), para identificar e mensurar o grau de vulnerabilidade social das famílias. Essa ferramenta foi desenvolvida para criar uma maneira objetiva e padronizada, que pudesse ser comparável em todos os municípios, para selecionar famílias prioritárias no atendimento intersetorial. Essa medida leva em consideração indicadores importantes da situação familiar que ultrapassam o simples critério da insuficiência de renda. Além disso, trata-se de um instrumento norteador das ações para desvincular a eleição das famílias a partir de critérios subjetivos e discricionários.

a qualidade das relações em sua dinâmica interna, assim como compreender as determinações externas. Nessa perspectiva, o objetivo do trabalho social com a família é proporcionar apoio e fortalecimento, demandando proposições e articulações em relação à política social, ações conjuntas com as próprias famílias e a realização de avaliações dos resultados, impactos e modificações ocorridas em seu cotidiano (Paraná, 2017, p. 2017 *apud* Mioto, 2010).

Outra perspectiva retrata que a família é uma instituição complexa e variável, que se constitui nos domínios da vida privada e da pública, que a intervenção social exige compreender em suas diferentes contradições. Reconhecida socialmente e dotada de identidade social, a família configura, ao mesmo tempo, um espaço de ação e influência, onde se produz o exercício das responsabilidades parentais (Paraná, 2017, p. 16 *apud* Pintos; Askinas, 2015).

Grupo de indivíduos unidos por relações de afeto e/ou parentesco, configurando uma matriz vincular em torno do sustento econômico e da reprodução cultural e/ou biológica. Compartilha uma dimensão tempo-espaço de cotidianidade com singular identidade, história e perspectiva de futuro (Giddens, 2012 p. 274).

O conceito de família do PAIF também é citado e contemplado no Programa Família Paranaense, é o lugar de cuidado, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidade e vínculos relacionais e de pertencimento, mas sem perder de vista que ela pode também configurar o maior espaço de reprodução de desigualdades e de violência.

O acompanhamento familiar do Programa Família Paranaense propõe uma perspectiva apreciativa, definida como o ato de reconhecer o melhor nas pessoas, reforçando suas capacidades, sucessos e potenciais, do passado e do presente, e valorizando aspectos fundamentais da vida, como saúde, vitalidade e excelência (Paraná, 2017 *apud* Cooperride; Whitney, 2005).

Dessa forma, visa apoiar as potencialidades e recursos das famílias, permitindo que elas acessem integralmente as oportunidades relacionadas à educação, saúde, trabalho e assistência social. Além disso, promove a criação de espaços e ações que fortaleçam os laços familiares e a gestão comunitária. A eficácia dessa relação depende significativamente da qualidade do vínculo estabelecido com a família e das habilidades apresentadas pelo profissional responsável.

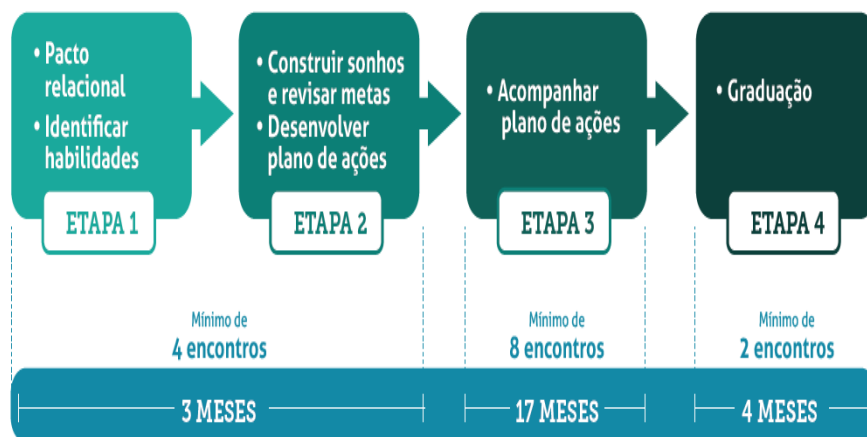
Nas orientações fica claro que, o trabalho social não deve impor uma carga excessiva ou responsabilizar excessivamente a família, colocando-a como o único instrumento para lidar com a situação de pobreza e vulnerabilidade. Portanto, os programas sociais devem buscar apoiar e fortalecer a família em um contexto de inclusão social, reconhecendo e respeitando a diversidade de arranjos familiares e as diferentes culturas.

Assim como no PAIF, ressaltar a diferença entre atendimento e acompanhamento é importante, a correta compreensão na metodologia do acompanhamento, diferenciando-a nas formas de inserção das famílias nos serviços e no atendimento e/ou acompanhamento, conforme conceituação apresentada no Caderno de Orientações Técnicas do PAIF Volume 2. O atendimento estabelece uma ação imediata de prestação de serviço, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território. Já o acompanhamento é um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento dos compromissos firmados entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar, com mediações periódicas, e a inserção das ações do PAIF na busca pela superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas.

4.3 A ESTRUTURA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

O acompanhamento familiar é composto por uma trajetória de quatro etapas, cada uma com objetivos e conteúdos específicos. Esse acompanhamento envolve aproximadamente quatorze encontros com a família ao longo de vinte e quatro meses.

Figura 1: Síntese das etapas do modelo de acompanhamento familiar



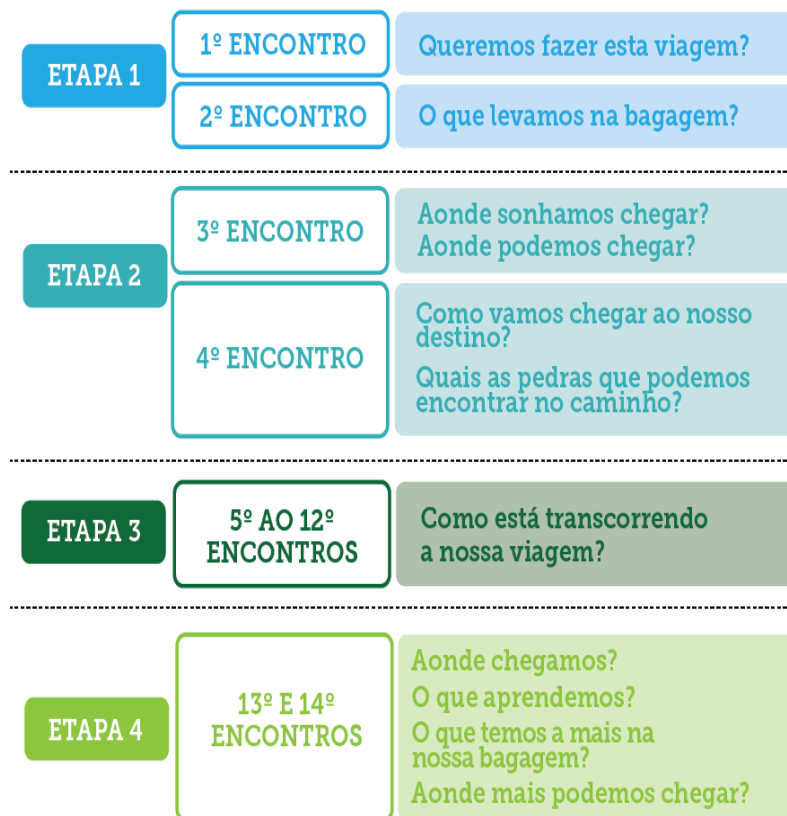
Fonte: PARANÁ, 2017, p. 26.

Os encontros podem ser realizados de forma individual ou em grupo, incluindo, as visitas domiciliares. Nesse momento, é orientado a informar sobre os objetivos, finalidades e condicionalidades do programa Família Paranaense e do acompanhamento familiar. Também é uma oportunidade para esclarecer dúvidas e discutir as expectativas da família em relação ao programa e ao acompanhamento.

Na primeira etapa, Pacto Relacional e Identificar as Habilidades; na segunda etapa- Construir Sonhos e revisar metas e desenvolver o Plano de Ações, é composta por no mínimo 4 encontros no período de 3 meses; na terceira etapa, acompanhar o plano de ações composta no mínimo 8 encontros no período de 17 meses e na quarta etapa, Graduação composta no mínimo de 2 encontros no período de 4 meses, esta são as etapas do modelo.

A metáfora da “Viagem” foi utilizada como metodologia no trabalho social com famílias em questão, por meio dela acredita-se que é possível criar um cenário com elementos representativos do que se pretende trabalhar, facilitando perspectivas de reflexão e ação, viagem é uma palavra que sinaliza oportunidade de alguém ser transportado para outro lugar. (...) indica movimento e mudança (ir seguir, partir, evoluir) e envolve organização, planejamento e estratégia (Paraná, 2017, p. 27).

Figura 2: Síntese das etapas e encontros com perguntas-chave



Fonte: PARANÁ, 2017, p. 27.

Dessa forma, os encontros são organizados com perguntas-chave, associadas ao desenvolvimento da viagem e tema de cada encontro.

A metodologia destaca a importância do técnico de referência assim como o previsto

no PAIF, sendo este um profissional de nível superior nas áreas de serviço social, psicologia ou pedagogia, que será responsável pelo acompanhamento das famílias.

Há habilidades e competências importantes que são destacadas sobre o técnico de referência:

Capacidade para uma escuta curiosa e generosa; facilidade em estabelecer relações empáticas; comunicação clara; flexibilidade para atuar em situações diversificadas; criatividade para enfrentar situações complexas; facilidade para criar uma atmosfera facilitadora; capacidade de favorecer conexões e práticas que resgatem os saberes das famílias/indivíduos; habilidades para respeitar valores, crenças e costumes das famílias; habilidade de dissolver crenças limitadoras, estereótipos e pressuposições; habilidades para pensar e agir com flexibilidade (Paraná, 2017, p. 28).

Como já citado, os encontros podem ser realizados tanto de forma individual quanto em grupos com as famílias. O processo segue um fluxo estruturado que compreende as seguintes etapas: abertura, desenvolvimento, fechamento, documentos de registro e material de apoio.

O guia proposto pelo programa, destaca que o trabalho social não deve sobrecarregar ou responsabilizar o grupo familiar, considerando-o como o principal instrumento de enfrentamento da situação de pobreza e risco social (Paraná, 2017, p. 19), dessa forma, os programas sociais devem apoiar e fortalecer a família, reconhecendo e respeitando os arranjos familiares e sua diversidade cultural.

As famílias serão convidadas a participar do acompanhamento familiar durante a visita domiciliar realizada pelo técnico. Nessa ocasião, serão apresentadas a proposta e os objetivos do acompanhamento, e a acolhida da família influenciará no estabelecimento do vínculo com o profissional, bem como na adesão à participação no processo.

Após a seleção realizada pelos técnicos de referência, as famílias serão convidadas a participar do acompanhamento familiar durante a visita domiciliar. Nesse momento, o profissional apresentará a proposta e os objetivos do acompanhamento. A qualidade desse acolhimento inicial da família influenciará significativamente no estabelecimento do vínculo com o profissional e, conseqüentemente, na adesão à participação no programa.

Posteriormente, os encontros programados para a realização do acompanhamento deverão, preferencialmente, envolver a participação de todos os membros da família.

4.4 OS MUNICÍPIOS QUE DESENVOLVERAM O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

O Paraná possui 399 municípios, de acordo com IBGE de 2022, possui 302 municípios de Pequeno Porte I e 57 municípios de Pequeno Porte II.

A figura abaixo retrata a distribuição dos municípios, a partir de dados do IBGE de 2010 e 2022, elaborada pelo Conselho Estadual de Assistência Social e apresentado na 14 Conferência Estadual da Assistência Social realizada em Cascavel-PR neste mês.

Figura 3: Distribuição de Municípios: População e Porte do Estado do Paraná

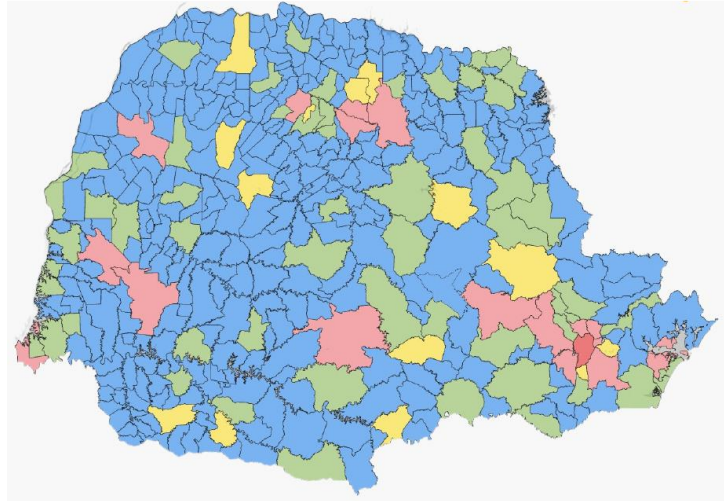
PORTE	CENSO IBGE 2010			CENSO IBGE 2022			VARIÇÃO	
	Total	%	POPULAÇÃO CENSITÁRIA	Total	%	POPULAÇÃO CENSITÁRIA	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
Pequeno I	312	78,2	2.567.329	307	76,9	2.512.078	(- 7) (+ 2)	- 55.251
Pequeno II	55	13,7	1.677.587	57	14,3	1.810.572	(- 5) (+ 7)	+ 132.985
Médio	14	3,5	1.048.277	13	3,2	955.258	(- 4) (+ 3)	- 93.019
Grande	17	4,3	3.399.426	21	5,3	4.391.567	+ 4	+ 992.141
Metrópole	1	0,3	1.751.907	1	0,3	1.773.733	-	+ 21.826
PARANÁ	399	100	10.444.526	399	100	11.443.208		998.682

Fonte: CEAS, 2023.

No mapa, é possível visualizar de maneira clara e objetiva os dados numéricos apresentados na figura anterior, proporcionando uma representação fiel do porte dos municípios do Estado do Paraná.

Figura 4: Mapa de Municípios





Fonte: CEAS, 2023.

Conforme mencionado anteriormente, o município de Inajá é classificado como de Pequeno Porte I, enquanto Prudentópolis é categorizado como de Pequeno Porte II. Ambos foram objeto de investigação na pesquisa de campo.

4.4.1 O Município de Inajá de Pequeno Porte I

Diante do estudo feito a partir da proposta do programa Família Paranaense atual Nossa Gente Paraná, descrever-se-á um pouco da realidade dos municípios que desenvolveram este trabalho com famílias, cada qual com suas especificidades e realidades.

O município de Inajá está localizado no Noroeste do Estado do Paraná, e possui uma área territorial de 194,89 km². O município está a 408 metros de altitude em relação ao nível do mar, sua população estimada em 2023 é de 2.536 habitantes (Ibge, 2023), é considerado como pequeno porte I.

Após fundar várias cidades e núcleos populacionais, explorando e povoando a região norte do Paraná, a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná realizou a medição e demarcação da área onde surgiu o Patrimônio de Inajá em junho de 1952. Relatos afirmam que os primeiros habitantes que se estabeleceram na região, muitos dos quais provenientes do nordeste do país, encontraram uma palmeira conhecida como Inajá em sua área de origem. Foi a partir dessa descoberta que escolheram chamar o lugar onde decidiram viver com esse nome.

Conforme a Lei Estadual N.º 106, de 13 de junho de 1955, Inajá foi elevado à categoria de Distrito, pertencente ao município de Nova Esperança. Mais tarde passou a pertencer ao Município de Paranacity. Em 25 de janeiro de 1961, de acordo com a Lei Estadual N.º 4.338, ascendeu à categoria de município, desmembrando-se do município de Paranacity, e em 15 de

novembro de 1961, foi instalado oficialmente, ocasião em que foi empossado o primeiro prefeito eleito.

4.4.2 Panorama da Política de Assistência Social no município

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social de 2022-2025, a política de Assistência Social é realizada através do Departamento de Assistência Social, Trabalho e Renda, em consonância com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS atua como um sistema articulador e provedor de ações de Proteção Social Básica e Especial. Ele se dedica a garantir e monitorar essas ações, bem como seus processos e resultados. Essa abordagem visa aprimorar a eficiência e a eficácia dos investimentos públicos, assegurando maior efetividade no atendimento à população em situação de vulnerabilidade.

As competências do Departamento, são:

I - O combate às consequências geradas pela pobreza como a exclusão social, a garantia de acesso às políticas públicas essenciais para a vida como educação, saúde, cultura, esporte e lazer e o desenvolvimento de uma política de inclusão social das camadas mais pobres da população;

II - Promover a organização da rede de atendimento, execução de programas e projetos desenvolvidos pela Prefeitura, coordenação e implementação de um sistema de supervisão, acompanhamento e avaliação das ações e da prestação de contas da rede pública e filantrópica da assistência social no Município, bem como a definição da relação com as entidades prestadoras de serviços e dos instrumentos legais a serem utilizados;

III - Promover e coordenar as ações político-administrativas com relação às esferas estaduais e federais, apoiar as atividades relacionadas a ações comunitárias, atuar na orientação e inclusão social e integrar-se aos projetos sociais de outras políticas públicas, que visem o desenvolvimento e o atendimento à população usuária;

IV - Elaborar planos, programas e projetos de desenvolvimento social;

V - Coordenar as estratégias de implementação de planos, programas e projetos de proteção social;

VI - Coordenar as atividades relativas a direitos humanos e cidadania;

VII - Coordenar as atividades de política de segurança alimentar e proteção social básica e especial;

VIII - Planejar, coordenar e executar programas e atividades de apoio à pessoa com deficiência, visando a sua reinserção na sociedade;

IX - Gerir os fundos municipais de Assistência Social, da Criança e do Adolescente e Idoso;

X - Avaliar as ações das entidades sociais do Município, aprovando projetos e liberando recursos financeiros e humanos necessários à implementação das atividades das mesmas em parceria com as Instâncias de Controle Social;

XI - Execução dos demais serviços públicos municipais que estejam compreendidos no seu âmbito de atuação (Inajá, 2022, p. 20).

O Departamento também é responsável por organizar a rede de atendimento pública e privada de assistência social, implementar programas, projetos, benefícios e serviços, buscar recursos financeiros, planejar a alocação de recursos humanos necessários e promover a participação popular e o controle social (Inaja, 2022).

A rede socioassistencial de Inajá é composta por um conjunto integrado de serviços. Esses serviços são executados diretamente pelo Departamento Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda em colaboração com entidades conveniadas que fazem parte da rede de serviços de assistência social do município. No total o município conta com: 1 (um) CRAS, 1 (um) CREAS e 1 (uma) Casa Lar para crianças e adolescentes, que opera em forma de consórcio intermunicipal entre 05 municípios, incluindo Jardim Olinda, Paranapoema, Inajá, Paranacity e Cruzeiro do Sul.

Quadro 2: Recursos Humanos - CRAS de Inajá-PR

RECURSOS HUMANOS	
Cargo	Quantidade
Profissional de Ensino Médio	3
Profissional de Nível Fundamental	4
Técnico de Nível Superior	2
Coordenador	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Possui Conselho Municipal de Assistência Social ativo, assim como os demais conselhos vinculados ao Departamento de Assistência Social, Trabalho e Renda foi criado pela Lei nº. 784/2010 de 14 de julho de 2010 é um órgão colegiado de caráter permanente e de funções deliberativas e fiscalizadoras. As reuniões ordinárias acontecem mensalmente, conforme cronograma anual. Para organização e articulação de suas ações, existe uma secretária executiva à disposição dos conselheiros.

4.4.3 O Município de Prudentópolis de Pequeno Porte II

O município de Prudentópolis está localizado na Região Centro Sul do Estado do Paraná, possui uma área territorial 2236.579 km². O município está a uma altitude média de 730 metros acima do nível do mar, sua população estimada é de 49.393 habitantes segundo o IBGE (2022). O município é a segunda maior cidade da região centro sul e centro oeste do estado, estando apenas atrás de Guarapuava.

No século XIX, o município de Guarapuava era o maior do estado do Paraná. Seu território se estendia desde o Rio dos Patos, na divisa com o município de Imbituva, até os rios Iguaçu e Paraná, nas fronteiras com a Argentina e o Paraguai. A área entre o Rio dos Patos e a Serra da Esperança, até a abertura da estrada da linha telegráfica, era praticamente desabitada.

Em 1882 quando o projeto de construção da estrada oferecia a perspectiva de valorização das terras, começou a chegar gente a essa extensa região coberta por florestas virgens. Ela era então chamada de São João, nome derivado de um rio que passava próximo à serra e fluía em direção ao Rio Ivaí. Há registros de que as margens deste último rio eram habitadas por tribos indígenas dos "Coroados", que, no entanto, atualmente estão desaparecidas.

Em 1884 o pároco de Guarapuava persuadiu Firmo Mendes de Queiroz a construir uma capela dedicada a São João Batista. No mesmo ano, Firmo doou suas terras para estabelecer uma povoação, à qual deu o nome de São João de Capanema. No final dos anos de 1894, o Governo Federal decidiu colonizar a região de São João de Capanema, cedendo terras para esse fim. O diretor da colônia, Cândido Ferreira de Abreu, em homenagem ao então presidente da República, Prudente de Moraes, escolheu nomear a colônia recém-fundada como Prudentópolis, substituindo assim o nome São João de Capanema.

Em 1896 a região atraiu 1.500 famílias ucranianas, totalizando oito mil imigrantes. Esses colonos foram assentados em diversos núcleos, onde se tornaram pequenos agricultores, criadores de gado e também desenvolveram atividades industriais.

O município foi oficialmente formado em 1906 e recebeu o nome de Prudentópolis em homenagem ao presidente Prudente de Moraes. A imigração de ucranianos para a região continuou até meados da década de 1920. Atualmente, o município é considerado o mais ucraniano do Brasil, com cerca de 80% de sua população sendo descendente dos imigrantes ucranianos.

4.4.4 Panorama da Política de Assistência Social no Município

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social do município, a Secretaria Municipal de Assistência Social tem como objetivo promover a inclusão social, reduzir as desigualdades, garantir o acesso aos programas, serviços e benefícios socioassistenciais, promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e avaliar o impacto das políticas sociais e seus benefícios sobre a realidade socioeconômica da população atendida.

A política municipal de assistência social está regulamentada por meio da Lei Municipal nº 2210/2016. A Proteção Social Básica é implementada através de diferentes unidades, sendo que se destacam os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), incluindo a unidade I - Vila Mariana e a unidade II - Vila da Luz.

Quadro 3: Recursos Humanos - CRAS de Prudentópolis-PR

RECURSOS HUMANOS	
Cargo	Quantidade
Estagiário	2
Profissional de Ensino Médio	2
Profissional de Nível Fundamental	2
Técnico de Nível Superior	2
Coordenador	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O município possui 53,30% da sua população que residem na zona rural, com pequenas propriedades que tem até 70 km de distância do município. Nesse sentido foi necessária uma equipe volante que auxilia integrando a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e tem o objetivo de prestar serviços de assistência social às famílias que residem em locais de difícil acesso como áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos, dentre outros. Essa equipe é responsável por fazer a busca ativa destas famílias, desenvolvendo o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e os demais serviços de Proteção Social Básica.

A Lei Municipal nº 2210/2016 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Prudentópolis e dão outras providências, e a Lei Municipal nº 2160/2015 que dispõe sobre a Conferência Municipal de Assistência social, Conselho Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências, têm as importantes missões de assegurar a consolidação das diretrizes, princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Social, de forma a organizar toda a ação, tanto governamental, quanto não governamental, numa rede integrada de efetiva Proteção Social, concebida como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

A descentralização da Política de Assistência Social, conforme preconiza o SUAS, concebido como um sistema descentralizado e participativo, atribui à esfera local responsabilidades específicas nas provisões e nas garantias de direitos, determinando a Secretaria Municipal de Prudentópolis a ampliação e estruturação de sua rede socioassistencial sob os moldes da nova legislação nacional (Prudentópolis, 2022).

5 O *MODUS OPERANDI* DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: O PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE - PERCURSO METODOLÓGICO

Esta rica experiência profissional instigou a pesquisadora a estudar a implementação do programa Família Paranaense na Política de Assistência Social na realidade municipal, mais especificamente na Proteção Social Básica, por meio do seu “carro-chefe”, o PAIF.

No que diz respeito ao acompanhamento familiar, esta pesquisa buscou analisar o *modus operandi* do trabalho com famílias a partir do "Acompanhamento Familiar - Guia de Orientações"³. O escopo da investigação centrou-se na realidade de dois municípios que implementaram a metodologia de acompanhamento familiar, especificamente no âmbito do Programa Família Paranaense, agora denominado Nossa Gente Paraná.

Na atualidade há o reconhecimento da centralidade do trabalho com famílias nas políticas públicas e também nos programas e projetos da iniciativa privada, por meio das organizações do terceiro setor. No campo específico da política de assistência social, desde a promulgação da LOAS, está em andamento um processo de implementação da assistência social como direito, rompendo com o legado do assistencialismo. Neste contexto, é preciso lançar luz sobre o modo como a família vem desempenhando esse novo papel que lhe está sendo atribuído (Potyara, 2004. p. 29).

Após a revisão bibliográfica e a qualificação, foi reestruturado o roteiro que orientou a condução do trabalho de campo, abordando de maneira detalhada as questões fundamentais da pesquisa. Este roteiro foi aplicado durante toda a fase de coleta de dados nas visitas aos municípios.

A pesquisa deu-se através da realização de entrevistas, considerando que a entrevista é uma forma privilegiada de interação social. De acordo com Minayo (2014, p. 262) é preciso lembrar também que a entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Portanto expressam as tensões e contradições inerentes à realidade social.

Demo (2008, p. 28) afirma que a pesquisa é um momento de aprendizagem da realidade e concorda-se com o que ele expõe ao mencionar: Ao aceitarmos que a pesquisa

³ O programa Família Paranaense, criado pela Lei Estadual nº 17.734/2013, o modelo de acompanhamento familiar adotado pelo programa elege como referencial teórico os paradigmas colaborativos e tem convergência com o trabalho social realizado com as famílias, previsto no Sistema Único de Assistência Social (Suas) e executado no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi). PARANÁ. **Família Paranaense: Guia de orientação**. Curitiba. 2017. Disponível em http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/divulgacao/Guia_de_OrientacaoFPrev3.pdf.

não é só atividade básica da ciência, mas sobretudo ‘ambiente da aprendizagem’.

Trata-se de uma pesquisa documental, a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico (Fonseca, 2002, p. 32), e empírica de natureza qualitativa que buscará compreender determinado fenômeno e não se baseará em critérios numéricos, mas no objeto proposto, dessa forma a aproximação com os sujeitos da pesquisa trará as experiências e significados em suas respostas. Acredita-se que a entrevista oferece dados qualitativos essenciais no alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, pois o olhar dos profissionais e experiências tendem a revelar de fato os desafios, limites, possibilidade e alternativas de ação das demandas apresentadas no trabalho social com famílias e a utilização do acompanhamento familiar proposto pelo governo do Estado.

A pesquisa de campo possibilitou conhecer a realidade do *modus operandi* do acompanhamento familiar, que segundo Minayo (2004, p.105):

No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, num processo mais amplo de construção de conhecimentos (Minayo, 2004, p.105).

Optou-se pela pesquisa qualitativa que complementou o estudo, pois ela pertence a um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2004, p. 21).

O universo de pesquisa é o CRAS dos municípios de Inajá e Prudentópolis, tendo como objeto de estudo análise do acompanhamento familiar a partir das orientações do PAIF e do Programa Família Paranaense no trabalho com famílias.

Buscou-se ainda: compreender como é realizado o trabalho social com famílias pelas equipes de referência dos municípios de Inajá e Prudentópolis para materialização do acompanhamento familiar; investigar a avaliação que os profissionais fazem da proposta de acompanhamento familiar do Programa Família Paranaense; realizar uma análise institucional do Programa Família Paranaense; e por fim analisar como se relaciona a proposta com o que é previsto nas orientações para o PAIF.

5.1 AS PROFISSIONAIS: QUEM SÃO?

Conforme critério adotado para a realização da pesquisa, todas as profissionais selecionadas realizaram o acompanhamento familiar proposto, em momentos distintos. As

visitas aos municípios de Inajá e Prudentópolis foram realizadas no mês de maio de 2023, com dia e horário agendados. Das cinco participantes da pesquisa, quatro eram Assistentes Sociais e uma Psicóloga. Com o intuito de manter o sigilo quanto à fala das profissionais, nomeou-as como: Confiança, Perseverança, Proteção, Superação e União, a escolha dos nomes levou em consideração palavras de otimismo que se aproximam do trabalho realizado com famílias.

O questionário foi enviado previamente às profissionais, e as entrevistas foram realizadas conforme agendado, sendo gravadas mediante a devida permissão das entrevistadas após a conclusão do Termo de Consentimento, devidamente preenchido e aprovado pelo Comitê de Ética, com o propósito de futura transcrição. É relevante ressaltar a receptividade e prontidão das participantes para a condução das entrevistas, assim como o acesso facilitado e a disposição para fornecimento de materiais destinados à análise documental.

Buscou-se conhecer a experiência no desenvolvimento dos grupos com a metodologia adotada, dessa forma compreender como se deu à adesão dos municípios a proposta é importante para iniciar este trabalho.

5.2 A ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: O CASO DE PRUDENTÓPOLIS E INAJÁ

A adesão do município de Prudentópolis-PR ao programa teve início em 2016, durante uma reunião com os municípios da Regional de Guarapuava. Nesse encontro, foi apresentada a proposta do projeto piloto para o acompanhamento familiar, e um termo de adesão foi formalizado. Na época, Prudentópolis já estava implementando um programa de requalificação urbana, originado do próprio Programa Família Paranaense, que previa o trabalho com famílias. Em seguida, veio a capacitação para o acompanhamento familiar.

Inicialmente as técnicas decidiram acompanhar as 80 famílias, divididas em 4 grupos, seguindo as etapas previstas no acompanhamento familiar. Esse processo teve início no final de 2016 e estendeu-se até 2017. Contudo, devido à redução da equipe, os grupos foram temporariamente suspensos e somente retomados em 2019. Durante esse período, a requalificação urbana, prevista para ser implementada, enfrentou atrasos significativos. Em decorrência desse cenário, os grupos foram reiniciados, porém com uma mudança de foco, o uso do “Guia” segundo as técnicas de maneira adaptada, pensando na viagem deles saindo de uma área de difícil acesso, o que se leva de bom quando morou ali? E as atividades com proposta de sonhos individuais foram focados na moradia, no emprego, nos sonhos coletivos.

Dentro dos grupos a discussão recorrente girava em torno da necessidade de

proporcionar um ambiente mais adequado, especialmente para as crianças. A aspiração de contar com espaços recreativos, como um parque, era um tema central nas conversas. Tanto é que, a partir desses grupos, surgiu a concepção de um projeto de parque, o qual foi apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). O recurso foi autorizado para este “parquinho”. Tudo foi pensado na “união faz a força”, as técnicas lembram que foi trabalhado muito esta questão.

As alternativas ou respostas para os problemas identificados nos grupos devem ser compreendidas como construções coletivas, que surgem de maneira gradual e nem sempre de forma espontânea. Essas soluções vão além do âmbito familiar (Couto, 2008). Portanto, é essencial que as famílias tenham conhecimento das políticas sociais e compreendam as formas de organização do poder público e de representação da sociedade civil. Dessa forma, amplia-se o universo informacional acerca do problema e as famílias conseguem identificar os recursos sociais disponíveis que atendem às suas necessidades, tanto na região quanto na cidade. Essa conscientização contribui para uma participação mais ativa e informada no processo de construção de soluções coletivas.

Uma outra questão abordada foi a importância do bom convívio na comunidade, na elaboração do projeto foram excluídas as áreas de possível alagamento, pois a área era de risco, dessa forma as casas ficaram bem próximas, “de parede e meia”, germinada, também foi verificado a questão do vínculo entre as famílias de ficarem próximos, um trabalho desenvolvido de julho de 2019 até fevereiro de 2020, com a pandemia os encontros não foram mais realizados de forma presencial, a equipe adaptou o trabalho com as famílias de maneira remota, sendo este mais um desafio posto a equipe, e veio a ideia de um jornal, além de informativo, composto por atividades que era solicitada a família para fazer em casa e postar.

Uma outra decisão que saiu dos grupos, destacada pelas profissionais, foi a escolha da cor da casa, o projeto previa algumas cores e as famílias tiveram a possibilidade de escolher a cor da própria casa, situação esta que não vemos nos programas habitacionais, a opção de escolha.

O município de Inajá-PR tomou conhecimento da proposta de acompanhamento familiar por meio de uma das profissionais que trabalhava em um município vizinho. Logo após o município recebeu o material necessário e as capacitações para o desenvolvimento da metodologia, o processo de adesão foi diferente.

Para o desenvolvimento do trabalho, o município define a data dos grupos do mês, que dia cada um acontecerá, é feito planejamento e neste dia é utilizada a metodologia da “viagem”, conforme consta nas orientações, a equipe divide as responsabilidades para que tudo ocorra

como planejado.

Para efetuar o desenvolvimento do trabalho, o município estabelece as datas dos grupos mensais, determinando o dia específico para cada um. Durante a fase de planejamento é adotada a metodologia da "viagem", conforme indicado nas orientações. Neste contexto, a equipe divide as responsabilidades assegurando que todos os elementos do plano se concretizem conforme o planejado.

Na véspera do grupo a equipe realiza a entrega dos convites de forma domiciliar, estendendo o convite a todos da casa. O encontro é a noite e tem início às 19h, iniciando com dinâmicas interativas relacionadas ao tema do dia. Posteriormente é servido um jantar, proporcionando um momento de confraternização e interação entre os/as participantes.

Um diferencial no trabalho desenvolvido por este município é o horário, que consiste em convidar as famílias para participarem das atividades planejadas, seguidas da oferta de um jantar ao término. Campos (2007) destaca que é crucial planejar os serviços considerando as necessidades das famílias, e não apenas as conveniências das organizações. Isso inclui aspectos como horários, dias e duração de reuniões, encontros, palestras, vivências e outras atividades. Essas ações devem ser desenvolvidas de maneira a potencializar a família, evitando impor uma reorganização delas ou atribuir novas funções para que possam acessar os recursos e benefícios oferecidos nas unidades de atendimento.

O espaço é preparado para receber as famílias, dividido em dois ambientes, de um lado as mesas postas com cadeiras, toalhas, para a janta, e do outro lado as cadeiras dispostas em formato semicírculo para roda de conversa.

O ambiente é cuidadosamente preparado para acolher as famílias, dividido em dois espaços distintos. De um lado são dispostas mesas com cadeiras, toalhas e utensílios, criando um ambiente propício para acolher as famílias. Do outro lado as cadeiras são arranjadas em formato semicírculo, facilitando a formação de uma roda de conversa. Essa configuração visa proporcionar um ambiente acolhedor, permitindo um momento de convivência entre a família.

Atualmente o acompanhamento familiar envolve a participação ativa de 24 famílias. Além disso, a equipe realiza outros grupos no CRAS como parte das atividades oferecidas à comunidade.

Vale ressaltar que o processo de adesão foi conduzido de forma distinta, apresentando particularidades em relação à implementação do programa em ambos os municípios.

5.3 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: O TRABALHO DESENVOLVIDO NOS MUNICÍPIOS

O trabalho social não se limita a simples execução da política, para a materialização necessita de um processo mais abrangente, que engloba o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas, serviços e programas sociais, e vai além incluindo a gestão das políticas e dos serviços (Teixeira, 2017).

É importante destacar que o modo como a política insere a família define o modo de organizar os serviços, seus objetivos e fins e as expectativas sobre a família. Todavia sua implementação depende também do trabalho profissional dos executores, dos processos de trabalho (Teixeira, 2017, p. 36).

De tal maneira, é de suma importância compreender como o trabalho social com as famílias foi conduzido nos municípios antes da implementação do Família Paranaense, uma vez que isso nos permite refletir sobre as transformações que ocorreram após a adesão ao programa. As profissionais mencionam que os trabalhos desenvolvidos relacionados ao PAIF, eram os atendimentos, os benefícios eventuais e os grupos, mas essas atividades não estavam interligadas.

Para Teixeira (apud Cardoso, 2017, p. 130), trabalho existente (com famílias de origem), é limitado, parcial, pontual e esporádico, não assumido como centralidade do seu fazer, esta foi uma análise do processo de trabalho dos Assistentes Sociais de Teresina-PI.

Compreender a forma como era desenvolvido o trabalho com famílias nos municípios que fazem parte desta pesquisa, nos ajudará na construção de reflexões frente aos desafios e possíveis contribuições que trouxe esta metodologia. As profissionais abaixo relatam as experiências vivenciadas desde a adesão ao programa.

Fazia o PAIF também, os atendimentos, mas eu ainda acho que era mais isolado, até tinha os grupos, o grupo era feito por temática, as vezes não era interligado com o próximo, melhorou bastante com o norte do programa (Perseverança, 2023).

Eu não estava aqui antes dessa orientação, mas o que ouço os colegas dizerem é que sempre teve os grupos aqui, a [...] tem o dom de fazer grupos, os grupos dela sempre foram muito recheados vamos dizer assim, sempre teve o grupo sim, mas o PAIF mesmo de pegar o acompanhamento familiar, a gente cresceu muito nos últimos anos em relação a isso, hoje a gente consegue fazer grupos de PAIF, depois da pandemia, foram vários anos tentando, agora que vamos começar fazer os grupos de acolhida, sempre teve mas não como prevê as orientações (Superação, 2023).

Antes do guia os grupos eram feitos através do PAIF, e alguns atendimentos em relação ao Nossa Gente Paraná, era individual, era mais direcionado, muitas vezes as famílias são atendidas aqui também com questão de benefícios eventuais, ou outro tipo de atendimento, então era feito individualmente, conforme a demanda da família,

não tinha esse trabalho coletivo, e não seguia essa metodologia, todo trabalho coletivo era feito no PAIF, essas famílias eram inseridas no PAIF (Confiança, 2023).

Então na verdade a gente fazia os grupos, grupos de mulheres, grupo de homens, era mais individualizado, e quando era em grupo eu acho que era uma coisa mais aleatória, e quando veio material o guia que veio tanto pra a gente, quanto técnico, dá um caminho, eu nunca tinha ouvido falar em PAIF, eu acho que faz uns 3 ou 4 anos mais ou menos quando chegou esse material nós recebemos até curso de umas profissionais que eram PAIF, nós não sabíamos (Proteção, 2023).

Quando vim trabalhar aqui o programa era o programa família paranaense, eles já realizavam o trabalho, eu conheci de fato aqui, estavam naquele ano de pandemia aí que fui conhecer, ler e fomos para algumas capacitações para dar continuidade para ao trabalho (União, 2023).

Teixeira (2017) ressalta que não se trata de qualquer tipo de ação realizada com a família que é trabalho com famílias. Ao nos referirmos a procedimentos, processos e ações planejadas, pensadas e articuladas com um objetivo específico, estamos falando de um processo de trabalho no contexto da política social. Isso nos aproxima da discussão relacionada às análises marxistas, à racionalidade, intencionalidade e ao conhecimento necessário envolvido nesse processo, abrangendo o planejamento, a organização e a execução das ações.

Assim como encontramos nas orientações, o TSF deve inserir-se numa perspectiva dialética, é crucial compreendê-las como resultantes da estruturação da sociedade e de suas transformações. O trabalho social com famílias não se constitui, portanto, por procedimentos instintivos, personalistas e baseados no senso comum. A partir desta conceituação, ele alcança um patamar científico, caracterizado como um ato sistemático, metódico e reflexivo, que se realiza por meio da construção de conhecimentos e da compreensão da realidade e das relações sociais. A dialética possibilita, por meio de uma atitude reflexiva, apreender a complexidade e a dinamicidade da realidade social na qual os profissionais do SUAS têm que atuar, exigindo destes uma postura reflexiva e crítica, bem como um processo de formação continuada (Brasil, 2012, p. 12).

Em 2017, o Governo do Estado do Paraná elaborou diretrizes para o acompanhamento familiar, estruturando-o em etapas, com encontros específicos, traçando uma metodologia e sugestões com materiais que podem ser utilizadas no trabalho com famílias. Nesse contexto, um dos questionamentos desta pesquisa buscou compreender a visão dos profissionais em relação ao acompanhamento familiar proposto pelo programa, alinhado com as diretrizes do PAIF. A resposta unânime foi afirmativa. O PAIF, sendo um serviço de apoio, orientação e acompanhamento das famílias, é executado no CRAS, onde é de oferta obrigatória e exclusiva. Ele visa atender às demandas das famílias, tanto por meio de atendimentos individuais quanto de grupos familiares, as profissionais se posicionaram da seguinte forma:

Ele vai de encontro com o que é previsto no PAIF, só que melhor, eu falo que a gente tem 5 grupos aqui, além do família o da nossa gente, e a gente leva a viagem para todos, porque é tão rico, o conteúdo é tão rico, tão positivo, tem uma devolutiva tão boa, [...]deu um norte, agora a gente sabe para onde vai, não é só reunir o grupo e dar uma palestra, é além disso, [...] aqui a gente usa em tudo, acaba usando em todos os grupos (União, 2023).

Eu acho que sim, porque, é que assim o PAIF tem as orientações técnicas que a gente recebe, o que a gente faz com as famílias, a questão do PAIF, eu com essas famílias não consegui nenhum plano de acompanhamento familiar individualizado, a gente fez enquanto equipe, porque todos eles foram vinculados ao PAIF, mas acho que vai de encontro sim, quando vamos trabalhar a questão familiar, ela pode complementar (Superação 2023).

O PAIF, o atendimento particularizado, as visitas, esse trabalho intersetorial, acho que é para ser bem o que é o PAIF (Perseverança, 2023).

Sim, porque a gente trabalha o atendimento individual, o atendimento coletivo tem toda essa metodologia de acolhida, o trabalho individual, o trabalho em grupo, está bem interligado com a metodologia do PAIF (Confiança, 2023).

Sim, trabalha sobre o acolhimento, o trabalho em grupo e individual (Proteção, 2023).

O acompanhamento familiar requer um planejamento cuidadoso e uma avaliação contínua de todo o processo de atendimento às famílias. Isso ocorre por meio de encontros periódicos entre a família e o profissional do CRAS, que vai delineando as intervenções necessárias para aquela família. Esse processo começa com o atendimento individual e pode evoluir para o acompanhamento em grupos, conforme necessário, é no momento da acolhida que os profissionais averiguam a necessidade de iniciar um processo de acompanhamento familiar ou se o atendimento às famílias nas ações do PAIF já responde as suas demandas (Brasil, 2012, p.18).

Nesse sentido, a seleção da família ocorre quando se determina a abordagem de atendimento a ser adotada e os procedimentos a serem seguidos pelos profissionais. Eles acessam um sistema informatizado do programa que contém uma lista das famílias cadastradas no Cadastro Único. Em seguida efetuam visitas para apresentar o Programa e dialogar sobre a possível adesão das famílias. Após esta fase procedem ao preenchimento de documentos necessários e convidam as famílias a participarem das reuniões.

O acompanhamento familiar é feito de forma individual e em grupo, primeiro a gente faz o acolhimento, na verdade a gente seleciona as famílias, faz o acolhimento, fazemos visita domiciliar para conhecer essa família, a gente faz o convite, geralmente essas famílias já são usuárias do CRAS, elas já vem com pedido de benefício eventual, então a gente já conhece elas de alguma forma, identifica e seleciona a partir dessa circunstancia de vulnerabilidade social mesmo, e com a ajuda do programa, o nível alto de vulnerabilidade precisa ser escolhido daquele lugar, primeiro é feito isso, depois a gente envia o convite [...] (União, 2023).

As famílias são selecionadas pelo índice que a gente olha no Nossa Gente Paraná, são

convidadas a participar do acompanhamento do programa, elas assinam um termo, que garante que elas vão participar do programa. É explicado certinho o que é o programa, muitos perguntam o que ganharão com isso, quem tá incluído na nossa gente, então é feito toda uma seleção e vendo se eles querem participar ou não [...] (Proteção, 2023).

Primeiro nos selecionamos a família de acordo com índice, as famílias que já estavam no sistema [...] são famílias que a gente já atende no CRAS, aquela época era Família Paranaense, [...] nós selecionamos, nós convidamos para participar, se aceitar assina um termo que tem no próprio sistema, apresentamos o programa, o acompanhamento, preenchem o ecomapa individualmente, nessa apresentação a gente fala que será um trabalho em grupo, como será esse trabalho, quantos encontros serão, porque a gente segue a metodologia da quantidade de encontros que está no guia, então a princípio a gente apresenta para família, aí a família aceitando a participar assina o termo, as vezes fazemos visita domiciliares para preencher em loco, ou a gente chama a família aqui para a gente preencher, para ter contato com a família inicialmente, para ver como esta cada família, seus vínculos com a rede do município, as potencialidades. Temos um caderno individual de cada família, a gente trabalha individualmente com cada família e com o grupo trabalhamos temas gerais, trabalhamos sobre os sonhos, sobre potencialidades, a gente faz metodologia da viagem, a gente fala que vai fazer uma viagem e nessa viagem a gente vai trabalhando vários temas (Confiança, 2023).

Ambos os municípios estudados seguiram as diretrizes tanto do PAIF quanto do programa Família Paranaense, o que leva à conclusão de que, como mencionado anteriormente por uma profissional, “essas duas abordagens se complementam”.

No que diz respeito aos desafios enfrentados no trabalho com as famílias, uma das profissionais entrevistadas ressaltou a “dependência de outras políticas públicas”. Isso implica que, em muitas situações, as famílias necessitam de serviços e apoio provenientes de diferentes áreas, como emprego, renda e habitação. Abordar essa complexidade requer uma articulação eficaz e respostas abrangentes às diversas manifestações da questão social, através de políticas intersetoriais. Isso é essencial para superar esses desafios de forma efetiva.

[...] a gente prepara a família às vezes lá, trabalha com a família alguma questão, aí emperra em outra situação de trabalho formal, de renda, habitacional, tanto no interior quanto na cidade, são políticas que não dependem da política de assistência social, porque a gente trabalha com a família para que ela se emancipe, para que ela tenha autonomia, e a gente não consegue essa autonomia porque faltam políticas públicas, é bem difícil, acho que esse é o maior desafio que tenho enquanto profissional é esse (Superação, 2023).

No âmbito do SUAS propõe-se a incorporação dos enfoques interdisciplinar e intersetorial na atuação profissional. Isso implica compreender que o enfrentamento às vulnerabilidades e riscos sociais é uma tarefa complexa, demandando a integração de diversas contribuições teóricas e técnicas, bem como a sinergia entre diferentes políticas públicas.

Segundo Carvalho e Almeida (2003), a família precisa ser apoiada por políticas sociais e os seus membros devem ter acesso aos direitos universais de saúde, educação e demais direitos sociais. Para os autores, a família pode ser alvo ou parceira de políticas públicas, mas a garantia

do acesso aos direitos de cidadania é responsabilidade do Estado. Dessa forma, ao contrário do que consta nas orientações do PAIF, os profissionais não devem ser responsabilizados por dar respostas na acolhida o profissional deve responsabilizar-se pela resposta às demandas e vulnerabilidades apresentadas pela família usuária, buscando, dessa forma, ampliar o caráter protetivo do trabalho realizado (Brasil, 2012, p. 18).

Teixeira (2010) afirma que a equipe interdisciplinar deve adotar uma postura crítica que promova o protagonismo dos usuários, e que a presença do poder público atenda com quantidade e qualidade as necessidades dos usuários e concorda-se com o que menciona:

Em relação aos profissionais da equipe interdisciplinar, exige-se postura crítica que vise o protagonismo dos usuários, dentro do quadro das lutas por seus direitos de cidadania concomitantemente ao de suas relações familiares; portanto, devem ser garantidos pelo poder público, em quantidade e qualidade, para atender suas necessidades, além de abertura para a realidade social para além do grupo familiar e realidade do território, tanto na análise da realidade e dos problemas como na intervenção para resolvê-los (Teixeira, 2010, p. 21).

Nesse sentido, muitos são os desafios no trabalho com famílias, outra questão abordada nesta pesquisa, para Perseverança a pandemia trouxe diversos desafios para a equipe, sendo que a necessidade de realizar o trabalho de forma remota foi um dos mais significativos. Além disso, o trabalho com as famílias foi conduzido em colaboração com um programa habitacional que enfrentou atrasos na entrega das obras, resultando na ruptura dos vínculos com algumas famílias. Lembrando da citação anterior, que nos leva a refletir sobre a capacidade do profissional em assumir responsabilidades por questões que não estão dentro de sua competência.

Desafios? Acho que foi a pandemia. Estava tudo tranquilo até a pandemia, indo bem ali no presencial, a gente não sabia muito bem lidar com as questões de trabalhar sem estar presente, eu coloco como desafio porque as famílias aderiram bem, só que elas tinham uma motivação, a motivação de ser beneficiada com uma casa, talvez isso motivou elas a participarem, não sei como seria um grupo que não teria um benefício como motivação, depois acabou que a gente sofreu um pouco com obra pública, às vezes demora, era para sair num ano e foi postergando, daí teve bastante problema na obra, e eles acabaram com a gente que tinha um vínculo com o CRAS e isso acabava prejudicando o trabalho, então no final acabou diminuindo um pouco a participação no coletivo, mas isso foi mais ao final, apesar do programa trazer as outras secretarias e as outras políticas, mas tudo acaba por recair na assistência, a gente tenta auxiliar nos problemas (Perseverança, 2023).

Para que ocorram mudanças efetivas, conforme ressaltado por Teixeira (2016) em sua pesquisa em Teresina, é imperativo realizar um trabalho no qual o Estado assuma plenamente a responsabilidade no que tange às políticas públicas, garantindo o atendimento das necessidades da população, guiadas por uma perspectiva que:

Fortaleça a dimensão preventiva dos problemas sociais, atuando em dificuldades

cotidianas, buscando dar sustentabilidade à família, suporte, apoio, cuidados, serviços e ações outras necessárias para não chegarem a vivenciar situações extremas, o que pressupõe o Estado assumir responsabilidade pública pelo atendimento de suas necessidades; articular serviços e/ou, criar novos serviços, projetos e programas para atender as necessidades e demandas levadas pelas famílias (Teixeira, 2016, p. 208).

Além desse desafio apontado anteriormente, nota-se que o estímulo ao protagonismo das famílias representa uma preocupação para a União, porém esta expectativa é prevista nas aquisições esperadas no PAIF, nas etapas do acompanhamento familiar: Desenvolvimento da compreensão de que se é sujeito de direitos e autor da própria história – fundamental para a conquista da autonomia e do protagonismo das famílias e seus membros (Brasil, 2012, p. 81).

Você faz com que aquela família entenda que ela é protagonista da sua história e que ela pode mudar. Quero olhar para ela e olho para aquela família, não importo que ela venha no CRAS toda semana, eu quero olhar para ela e fazer com que ela acredite que ela pode mais, esse é um desafio como profissional [...] Não importa a situação, é você acreditar que aquela família pode e vai mudar e vai se tornar protagonista da sua história, acho que a maior dificuldade, é essa a nossa luta diária vamos fazer o curso sim, vai dar certo sim, a gente tá todo o tempo ali, “ai eu não vou”, “ah esse curso não quero”, “ah não quero ir na reunião hoje”, a gente tem, apesar de ter uma grande demanda de gente que quer entrar, que quer participar, a gente também tem aqueles que não querem se envolver (União, 2023).

A dificuldade na participação das famílias mencionada no trecho anterior, e citada por Confiança é de fato um desafio relevante a ser destacado. No entanto, nas diretrizes para o aprimoramento do PAIF, consta que os profissionais devem estar preparados para lidar com questões como: a não aceitação da família ser atendida e/ou acompanhada (Brasil, 2012, p. 49).

Eu falo que esse trabalho é gratificante porque a gente conseguiu fazer algo diferente, porque as vezes você tem a dificuldade da participação, a primeira coisa, porque as vezes se é algo que a família, na visão dela naquele momento, interessa, ela vem um dia e não vem no outro, é você ter uma metodologia diferenciada, algumas estratégias é o lanche, o jantar, você ter essa acolhida diferenciada, é você ir até a família, a gente liga “oh vai ter o grupo, você vai? No final vai ter um jantar”, então as vezes você usa algumas estratégias e a gente vai construindo com o tempo. Porque as vezes é um pouco complicado, um pouco frustrante você faz todo um trabalho para 10 pessoas e vem 5, esse é o desafio, as vezes a pessoa tá tão fragilizada e não consegue dar esse primeiro passo, então você precisa fazer um trabalho de acolhida, mas a vida pra fulano é fácil falar, porque olha a vida dela, olha a nossa vida, vai ser sempre assim, então esse é o desafio maior, você trazer a família, e as estratégias é o que vai fazer, você superar esses desafios, as estratégias que vai usando, nos falamos das nossas vivências. As pessoas têm que se sentir acolhidas, e a gente tem que fazer com que ela mude essa percepção da vida dela, as vezes a autoestima está tão baixa que a pessoa não consegue participar de nada, então você trabalhar isso e também os sonhos, de que você é capaz, então esses desafios que temos que superar diariamente para desenvolver trabalho com famílias (Confiança, 2023).

Ressalta-se que durante esse processo de acolhida, os técnicos devem respeitar as possibilidades de manifestação e as necessidades individuais dos participantes, evitando qualquer forma de imposição ou pressão para a participação no grupo. É fundamental que a

participação seja sempre voluntária e espontânea (Brasil, 2012).

Na contemporaneidade, diante da centralidade da família na política social, observamos um ressurgimento dos debates e da relevância tanto da família quanto do trabalho com famílias como objetos de conhecimento científico e de práticas profissionais. Isso também destaca a necessidade de explicitar as bases teóricas que fundamentam essa atuação profissional, as quais frequentemente estão implícitas nos desenhos das políticas e das normativas (Teixeira, 2017).

Os profissionais de nível superior que compõem a equipe multidisciplinar nos CRAS, em virtude de sua qualificação profissional, teórica, técnica e ético-política, também trazem consigo vivências e experiências pessoais que podem enriquecer o trabalho com as famílias, nesse sentido, uma das perguntas foi se alguma outra experiência colaborou para a prática profissional, em especial para a realização do trabalho com famílias. As experiências profissionais expostas nos relatos abaixo:

Quando eu entrei na Prefeitura de Irati, foi em 2007, a gente estava naquele momento de construção de CRAS, onde a gente participou de toda essa construção do CRAS, naquela época era muito o plantão social, não tinha esse olhar para a família. Eu aprendi muito com esse trabalho do acompanhamento familiar do Estado, dessa proposta, eu digo que sou uma [...] antes e depois, porque esse trabalho me modificou enquanto profissional, é diferente você conhecer a família, ter esse olhar apreciativo por ela, eu sou outra pessoa, outra profissional é gratificante (Superação, 2023).

Na verdade foi mais da prática do dia a dia, o que a gente pesquisava por conta, com as famílias, mas não tinha norte nenhum, foi o programa, até acabou incentivando os profissionais, a gente discutia bastante, de outros municípios, que nunca teve a capacitação profissional do programa nossa gente, hoje que era o programa família paranaense (Perseverança, 2023).

O PAIF, porque a gente já desenvolvia, então essa parte do trabalho coletivo a gente realizava através do PAIF, tem grupos, grupo de mulheres, grupo de homens, então você tem temas relacionados para aquele grupo específico, igual a mulher, você vai trabalhar o empoderamento, ou aquilo que a equipe identifica que aquele grupo de mulheres precisa ser trabalho naquele momento. Então são feitos grupos separados, no Família Paranaense a gente faz um grupo geral com a família mesmo, o PAIF que é nosso norte também, além do guia, a forma de trabalhar do PAIF que a gente trouxe par ao nossa gente paraná (Confiança, 2023).

As três profissionais acima relembram a trajetória profissional, a execução do próprio trabalho no PAIF e ao programa Família Paranaense, é citado também em uma das falas as capacitações que, nas orientações técnicas são apontadas como necessárias para os profissionais, e como já citadas anteriormente, que fizeram parte do programa do Estado.

Os profissionais responsáveis pela condução das oficinas com famílias devem pesquisar, promover reuniões de estudo e reflexão sobre técnicas de trabalho em grupo, apreendendo as possibilidades, os limites dessa modalidade de intervenção e os cuidados necessários à sua condução. As oficinas com famílias não constituem uma técnica econômica de trabalho, ao contrário, demandam conhecimento conceitual, domínio de métodos e aprimoramento contínuo. Nessa direção, recomenda-se: a) ao

coordenador do CRAS - que estimule a qualificação dos profissionais - assegurando períodos para estudo, incentivo à participação em cursos, seminários e cursos de formação para o exercício de tal atividade; e b) aos gestores municipais, ou do DF, da política de assistência social (ou congêneres) - que busquem a cooperação de outros órgãos (universidades, institutos especializados etc.) para garantir a necessária qualificação dos profissionais, a partir de capacitações continuadas (Brasil, 2012, p. 28).

Nesse sentido, a qualificação dos profissionais é necessária para condução do trabalho realizado no CRAS, Teixeira (2007) afirma que, porém esse trabalho não é apenas influenciado por seus referenciais teóricos, concepções e visões de mundo, mas também está sujeito à direção fornecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Esta profissional mencionou sobre o curso de terapia comunitária que realizou a capacitação, isso pode ter ocorrido por ter sido um campo novo de atuação na Assistência Social quando se deu a atuação interdisciplinar, na troca de saberes, nas experiências e práticas profissionais daquele momento. Porém, nas orientações do PAIF fica explícito que não constitui atribuição e competência das equipes de referência dos CRAS: [...] c) Realizar terapia ou psicoterapia com famílias e/ou indivíduos - competência de profissionais da política pública de saúde.

Naquela época que eu iniciei o trabalho, o auge era terapia comunitária, tem o livro do Dr. Adalberto que era especialista em terapia comunitária, era um curso caríssimo, o curso dele foi uns 6 meses, uma coisa meio prolongada, e ele vinha, a gente fazia aquelas técnicas, aquelas coisas que eles utilizavam lá, a gente utilizava no CRAS, utilizava nos grupos, com as famílias a gente não ouvia falar em PAIF, já venho com algumas experiências nesse sentido (Proteção, 2023).

Ao longo da trajetória da Assistência Social, desde às políticas voltadas ao combate à pobreza, houve diversas abordagens no atendimento às famílias, chegando na concepção da matricialidade sociofamiliar proposta no SUAS, e o desafio de concretizar o trabalho com famílias é um dos desafios profissionais no PAIF, assim como encontramos em (Brasil, 2012, p. 82), de forma eficiente, humanizada e capaz de contemplar o universo familiar como um todo, suplantando quaisquer tipos de preconceitos e estigmas, reconhecidas como sujeitos de sua transformação e atores do seu processo de desenvolvimento.

Uma das participantes trouxe a experiência com grupos religiosos de mulheres, a operacionalização do trabalho

Olha, a minha experiência foi religiosa, foi dentro da igreja, dentro da igreja a gente acaba tendo bastante relacionamentos, tem grupos de mulheres, palestras, e eu tive muita experiência religiosa dentro da igreja e todas positivas que me ajudaram muito quando eu vim trabalhar (União, 2023).

A implementação e avaliação do trabalho desempenham papéis essenciais na prática

profissional. Este é o momento propício para reflexão sobre as ações realizadas, visando redefinir aspectos que demandem aprimoramento, a fim de atingir os objetivos delineados pela política de Assistência Social. Essa abordagem não só visa fortalecer a função protetiva do PAIF no trabalho com famílias, mas também proporciona uma base sólida para a contínua melhoria e eficácia das intervenções.

Teixeira (2017) corrobora que, além da implementação de políticas de proteção para incluir as famílias em várias modalidades de atendimento, é crucial conduzir o monitoramento e avaliação do trabalho com as famílias, incorporando ativamente a participação delas nesse processo.

Um dos objetivos desta pesquisa consistiu em analisar o *modus operandi* do programa Família Paranaense em relação às diretrizes estabelecidas pelo PAIF, no contexto da política de Assistência Social.

Para a profissional em questão, a tarefa revelou-se não apenas desafiadora, mas também diversificada. Em um dos municípios integrantes desta pesquisa, o enfoque foi direcionado às famílias beneficiárias de um programa habitacional. No entanto, é importante destacar que as estratégias empregadas, como dinâmicas e a metáfora dos sonhos, podem ser adaptadas e aplicadas de maneira relevante nos grupos do PAIF.

Eu avalio que ela é desafiadora, principalmente para nossa realidade que tinha a questão da casa, porque aí tiveram as questões que dificultaram a saída da casa, até então sair e iniciar as obras, mas eu avalio que ela pode ser aplicada nos grupos PAIF, tipo as dinâmicas, a gente trabalhar a questão dos sonhos, a gente utiliza ainda o material, não como ele é propriamente dito a questão da viagem, mas as propostas que tem ali, a gente consegue de certa forma utilizar, a gente utiliza ainda (Superação, 2023).

O plano de acompanhamento familiar no PAIF segue alguns passos entre eles está: 2 - as potencialidades que o(s) grupo(s) familiar(es) possui(em) e que devem ser fortalecidas, a fim de contribuir nas respostas às vulnerabilidades apresentadas pela(s) família(s) (Brasil, 2012, p. 60). A profissional relembra que na capacitação para o desenvolvimento da metodologia de acompanhamento, reforçou a questão das potencialidades das famílias, assim como previsto no PAIF.

Afonso (2010), ressalta que cada metodologia possui uma contextualização histórica única, e sua aplicação em políticas públicas não deve se limitar à mera repetição de procedimentos e técnicas. É imperativo adotar uma abordagem crítica, avaliando cuidadosamente suas possíveis contribuições.

Nesse sentido, é preciso sempre associar a realização das ações do PAIF aos objetivos

que se pretende alcançar. Ou seja, é imprescindível que no processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação dessas ações, os objetivos do Serviço sejam a ele associados, de modo a qualificá-lo e, principalmente, garantir seu efetivo cumprimento (Brasil, 2012, p. 14).

Assim as metodologias desempenham um papel crucial ao auxiliar os profissionais no planejamento das atividades no âmbito do PAIF. A execução do trabalho ocorrerá a partir dos objetivos delineados. O PAIF concebe que outras metodologias poderão vir a ser úteis, desde que interligadas às diretrizes e objetivos da PNAS (Brasil, 2012).

Após a aplicação da metodologia do programa, as profissionais abaixo avaliaram a execução destacando termos como "potencialidades", "protagonista" e "sonhos" de maneira positiva em suas declarações. É relevante observar que nenhuma das entrevistadas expressou avaliações negativas em relação à metodologia utilizada.

Eu avalio de forma positiva, mudou até nosso foco enquanto profissional, porque eles frisavam bastante a questão das potencialidades, focar nas potencialidades do indivíduo e nisso também a gente conseguia trabalhar com as famílias verificar que elas tinha potencial, falou bastante no curso, foi bem positivo, porque elas aderiram, a gente tentou trabalhar o que a pessoa queria, o curso que ela tinha interesse, a pessoa fazia, inseria, teve bastante inserção no mercado de trabalho, como também lá na nossa área tinha famílias que trabalhavam de forma autônoma, igual a confeitaria que teve o espaço dela, e ela é de Vila Santana, ela faz docinhos maravilhosos, a cidade inteira, as pessoas da nata compram dela, e outros ali que trabalhavam com produto de limpeza, foi potencializada a questão, até essa parte a gente auxiliou com cartão de visita para dar um up, um começo, não sei se até era da nossa parte, mas a gente tentou auxiliar para motivar (Perseverança, 2023).

Eu avalio que hoje a gente consegue fazer com que essas famílias enxerguem a vida de uma outra maneira, quando eles chegam, chegam com a auto estima baixa, se sentem incapazes, excluídos, acham que para eles nada vai dar certo, e aí quando a gente inicia a viagem eles começam a se identificar, começam a entender que eles podem, “peráí eu posso ser protagonista, eu posso tentar” aí onde te falei do ano passado que teve essa moça, que o sonho era fazer bioquímica, ela falou “vou tentar”, fez o Enem e foi aprovada, já está no segundo ano, eles ainda tem situações de vulnerabilidade, o emprego, eles fazem diária, as vezes nós ainda atendemos, mas ela buscou o sonho dela, então isso pra mim é incrível, a gente teve também situações em que o pessoal que fez o curso de cabelereiro, mas porque pensaram “eu não tenho salão, então eu não posso”, aí a gente trabalhou muito “faça com o que você tem”, daí começou fazer em casa, começou a fazer escova em casa, então pra mim isso é maravilhoso, eles começam a acreditar, a voltar a acreditar, apesar da escassez de trabalho, de alimentação ela ainda assim ela pode construir e ter um norte diferente do que ela está (União, 2023).

Um carro chefe, porque a gente consegue trabalhar muito com as famílias seguindo aquele guia, ele nos norteia, até pelo fato da gente não ter tido uma capacitação prévia, então foi muito importante o guia, porque a partir dele a gente consegue nos organizar, nos planejar conforme o que nós vamos trabalhar em cada encontro, e elencar quais são os objetivos enquanto equipe, o que a gente quer com aquela família, que é trabalhar os sonhos, as potencialidades, o guia ajuda muito, ele nos norteia, usa até algumas coisas que tem no guia, tira ideia do guia, para desenvolver esse trabalho lúdico, um trabalho muito importante, a gente conseguiu colher frutos com essa metodologia de trabalho (Confiança, 2023).

Facilitou o trabalho de nós técnicos, pois o material em relação a viagem, ajudou

bastante a gente, mesmo que a gente não utilize alguma dinâmica, alguma música que está no guia, dá um norte, a gente viaja mesmo nesse material, facilitou muito a vida da gente, e aí conseguimos perceber e visualizar também a evolução das famílias com esse material também e do nosso trabalho (Proteção, 2023).

A avaliação desempenha um papel fundamental ao garantir a eficácia desse processo. Após a implementação das ações planejadas, torna-se possível tomar decisões sobre a continuidade do acompanhamento, bem como identificar o momento propício para seu encerramento. Nesse sentido, foi muito importante esta questão na entrevista, pois além de oportunizar aos profissionais avaliar a metodologia desenvolvida a partir da escolha da proposta do governo do Estado, puderam também relatar sobre os meios utilizados em cada encontro, seja utilizando na íntegra o que propõe o acompanhamento, ou até mesmo readaptando a proposta. Vale ressaltar que o TSF, além de envolver o trabalho profissional, envolve também o trabalho em equipe, como processo em constante construção sem modelos rígidos definidos a priori (Teixeira, 2017 p. 33).

É destaque também nas orientações técnicas do PAIF, a avaliação, porém em uma perspectiva que orienta uma avaliação mais na participação das famílias nesse processo, o que é essencial para condução do acompanhamento familiar. Também é necessário e importante a avaliação das metodologias de trabalho desenvolvidas pela equipe. Essa abordagem abrangente se revela crucial para conduzir eficazmente o trabalho com as famílias.

Avaliação – realizada em conjunto pela(s) família(s) e profissional(is) no processo de acompanhamento familiar, constituindo etapa fundamental para a sua efetividade. Assim, devem ser realizadas avaliações periódicas dos efeitos da intervenção em curso e, baseadas nestas avaliações, deverão ser tomadas decisões quanto à continuidade das ações de acompanhamento e do momento adequado para o seu encerramento. Ou seja, a partir de uma avaliação conjunta entre família e profissional, é possível ponderar o êxito do acompanhamento familiar. Assim, caso haja a superação das vulnerabilidades vivenciadas, que motivaram o início do processo de acompanhamento familiar há, conseqüentemente, o encerramento desse processo. Caso não haja a superação das vulnerabilidades vivenciadas, propõe-se para a família a continuidade do processo de acompanhamento, com a adequação do Plano de Acompanhamento Familiar em busca da superação das vulnerabilidades ainda vivenciadas (Brasil, 2012, p.70).

Como previsto nas atribuições privativas do Assistente Social encontramos no artigo 5º, I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social (Brasil, 1993).

Através da avaliação, temos a capacidade de observar os resultados, especialmente nesta pesquisa, onde buscamos compreender, por meio das falas das profissionais os resultados alcançados após a adesão ao acompanhamento familiar.

Uma das profissionais relata sobre as famílias estarem “graduadas”, na quarta etapa do acompanhamento familiar proposto, com a seguinte pergunta: Aonde chegamos? Com o

objetivo de: avaliar os sonhos, as expectativas de saída, traçar planos de continuidade.

A graduação no programa é o momento de encerramento do acompanhamento familiar, neste sentido percebemos abaixo que com a entrega do Programa Habitacional a técnica conclui que de certa forma houve uma “superação”.

Do que eu vejo, hoje as famílias já estão mais graduadas, elas não recorrem tanto ao CRAS, sabe, porque hoje as famílias não pagam aluguel, tem baixa renda da água e luz, hoje são poucas as famílias da Vila Santana que a gente atende assim mais aqui no CRAS, mas eu acho que elas foram graduadas de certa forma, teve uma superação (Superação, 2023).

Já nesta outra percepção em uma das atividades propostas que se encontra na segunda etapa, no quarto encontro em que faz uma reflexão sobre: Como vamos chegar ao nosso destino? Quais as pedras que podemos encontrar?

A autoestima e a participação são citadas pela profissional como um resultado do trabalho realizado com as famílias.

Autoestima, a questão da participação, alguns chegam meio retraído depois você vê no final, tem até uma parte do material que a gente coloca as etapas, a pedra no caminho, algumas coisas, a gente põe na parede a gente faz, para eles mesmo identificarem onde estão, se estão no início da viagem, no meio da viagem, ou onde eles estão, eles saem de lá e falam “estou nessa fase”, e essa fase que eles estão que pulou as pedras no caminho, eles percebem essa evolução e a gente percebe neles, e tem muitos que falam, eu não consegui sair do lugar, é bem visível (Proteção, 2023).

Vários são os fatores que contribuíram neste processo de acompanhamento familiar foram elencados pelas profissionais, “uma boa equipe”, conforme as orientações, o trabalho social com famílias é uma prática profissional que para ser efetiva depende de vários fatores citados, mas destaca-se aqui: g) do desenvolvimento de uma prática interdisciplinar entre os profissionais que compõem a equipe de referência do CRAS: assistentes sociais e psicólogos (Brasil, 2012, p. 13).

Para efetuar o acompanhamento familiar, a presença e atuação da equipe técnica revelam-se fundamentais. A equipe deve ser constituída por profissionais de nível superior que façam parte do SUAS, que tenham atribuições e a responsabilidade para viabilizar a operacionalização do PAIF.

Sem uma boa equipe eu acho que é quase impossível você realizar o trabalho com famílias, desde como é preparado o salão, as meninas aqui a gente não tem hora extra é feito um banco de horas, a Aline da folga no outro dia, todo mundo fazendo feliz, não to falando que é perfeito, nada é perfeito, mas todo mundo abraça a mesma ideia, a gente precisa das famílias, ter um bom planejamento, mas se você não tem uma equipe que te apoia é quase impossível a nossa equipe é uma excelente equipe, a gente tá num barco na mesma direção, isso faz com que o trabalho aconteça, hoje é dia do Nossa Gente Paraná e vai acontecer (União, 2023).

A principal finalidade do PAIF requer que esses profissionais concentrem seus esforços no fortalecimento da função protetiva das famílias, deve-se buscar fortalecer as potencialidades e desenvolver estratégias para superar as situações vivenciadas.

A profissional abaixo destaca a acolhida, que representa o primeiro contato da família com o serviço, portanto, é fundamental para que as famílias se sintam verdadeiramente acolhidas. Nesse momento o profissional tem a oportunidade de compreender as demandas, vulnerabilidades e necessidades apresentadas pela família. Em outras palavras, é possível adquirir uma compreensão mais profunda da realidade vivenciada por aquela família, considerando as estratégias de atuação, possibilidades e limites da intervenção socioassistencial (Brasil, 2012).

É a acolhida, a humanização do trabalho, é você estar no mesmo nível das pessoas, é compartilhando experiências, porque nós também temos experiências, nós também temos desafios a serem superados, falando das nossas dificuldades, que nós também temos, você está ali no mesmo barco, mostrando para as pessoas: olha você tem essa dificuldade mas nós também temos, então nós estamos compartilhando e juntas vamos desenvolver estratégias para contribuir para a superação naquele momento (Confiança, 2023).

Essa aproximação e conexão estabelecida entre a família e o técnico de referência, por meio das ações do PAIF, têm o potencial de estabelecer vínculo, compartilhar vivências e fortalecer o trabalho com famílias.

Para esta outra profissional, o trabalho desenvolvido trouxe uma transformação profissional, e o modo de olhar para a família conforme a capacitação para o desenvolvimento da proposta de acompanhamento, contribuiu no trabalho.

Esse olhar apreciativo para a família, de escuta, de empatia, de ver a família com suas potencialidades, o que ela tem de potencial ali que a gente pode estar se desenvolvendo, uma coisa que me transformou mesmo como profissional (Superação, 2023).

Nessa perspectiva, o trabalho social também enfrenta o desafio de ir além do indivíduo e do grupo familiar, abrangendo a reflexão sobre o desenvolvimento de potencialidades, o fortalecimento de vínculos, a função protetiva da família e a ampliação do acesso aos direitos.

O PAIF ocupa uma posição de destaque na Assistência Social, sendo considerado um eixo fundamental para a política, tanto em atendimentos individuais quanto em grupos, através de ações responsáveis por colocar em prática a sua materialização: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos.

Para finalizar, Teixeira (2013, p. 130) considera:

Entre as diretrizes metodológicas do trabalho com famílias e indivíduos, há indicações para a adoção de metodologias participativas e dialógicas de trabalho com famílias, que expressam o resgate de princípios metodológicos de referenciais antagônicos: um fundado, no caso de metodologias dialógicas, no princípio da autodeterminação vinculado, na prática, a uma perspectiva de conscientização através do diálogo, da troca, da reciprocidade, da reflexão propiciada pelos grupos ou por contatos individuais com os profissionais, mediante procedimentos de acolhimento, escuta qualificada como instrumentos de resgate de vínculos familiares e comunitários. Portanto, a metodologia dialógica pode encontrar amplas possibilidades de efetivação, nos CRAS, tal como descrita por Paulo Freire em *Pedagogia de Libertação*, ou como instrumento de ajuda psicossocial, tal como definida pelo Serviço Social, de fundamentos fenomenológicos, ou ainda, como utilizada nas terapias comunitárias (Teixeira, 2013, p. 130).

As orientações deixam claro que cabe à equipe definir a melhor forma de desenvolver o trabalho com famílias. Entretanto, reforçam que é fundamental compreender que o trabalho social com famílias não deve adotar abordagens metodológicas preestabelecidas. Pelo contrário, as ferramentas metodológicas devem ser construídas considerando as especificidades das famílias, incluindo suas identidades, desejos, necessidades, demandas e a realidade social, histórica e cultural. Em outras palavras, as metodologias devem ser adaptadas para responder à diversidade sociocultural do país e às particularidades de cada território.

É crucial manter informações e dados que possam contribuir para o aprimoramento de estratégias de atendimento e acompanhamento das famílias, e, por conseguinte, para o desenvolvimento das metodologias de trabalho social do PAIF. Exemplos disso incluem relatórios que registrem o histórico de campanhas socioeducativas ou eventos comunitários bem-sucedidos, assim como estratégias diferenciadas de atendimento às famílias (BRASIL, 2012).

Dessa forma, a partir das entrevistas nos municípios percebe-se que o "Guia de Orientações" não apenas complementou, mas também aprimorou a abordagem nos grupos, criando um ambiente mais eficaz para a interação e o suporte às famílias. Essa experiência destaca a importância de ferramentas e direcionamentos claros no trabalho social, especialmente quando se busca aprimorar a qualidade do atendimento e alcançar resultados mais positivos para as famílias envolvidas, isso envolve a observação dos processos metodológicos e encaminhamentos políticos adotados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observa-se uma transição da herança histórica assistencialista para o paradigma dos direitos. As discussões sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social para a proteção social são uma realidade na contemporaneidade. A sociedade brasileira precisa mobilizar-se diante da possibilidade de inserção nos espaços públicos democráticos, buscando um Estado onde os direitos estabelecidos não apenas pela Constituição Federal, mas também pela Lei Orgânica da Assistência Social, sejam integrados ao cotidiano familiar e assegurados conforme o que é garantido por lei.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como um componente de uma política pública, deve afastar-se do caráter assistencialista historicamente imposto e promover o protagonismo de seus usuários, colocando-os no centro das discussões. É essencial compreender a dinâmica familiar e o contexto social em que se encontram os usuários desse órgão, a fim de garantir efetivamente seus direitos.

O território, entendido como o conjunto de relações, condições e modo de vida da população local, desempenha um papel fundamental na construção do sujeito social e seus hábitos. Ele molda diferentes ações, sendo resultado das interações sociais e garantindo a reprodução dessas relações. Neste contexto, surgem significativos desafios para o trabalho no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, conduzido pelos Centros de Referência de Assistência Social. Esses desafios exigem uma abordagem que reconheça a importância de uma compreensão mais profunda das relações sociais e familiares.

A contribuição efetiva para enfrentar as vulnerabilidades implica em compreender a necessidade de uma análise mais abrangente das relações sociais e familiares. Isso envolve visualizar as situações concretas de sobrevivência da família no território em que reside e sua inserção no mundo contemporâneo. Essa abordagem mais concreta permite uma intervenção mais eficaz e alinhada às demandas reais das famílias atendidas.

O trabalho do PAIF deve estar fundamentado na prática da escuta ativa e na construção de laços de afetividade com as famílias. Isso permite que as famílias compartilhem suas próprias histórias, hábitos e pontos de vulnerabilidade. Em colaboração com os assistentes sociais, busca-se construir alternativas para transformar a realidade enfrentada por essas famílias. Esse processo colaborativo e empático é essencial para promover mudanças positivas e efetivas no contexto familiar e social.

O Serviço Social se concretiza de maneira propositiva em suas diversas atividades ao estabelecer ou restabelecer aos usuários a condição de sujeitos de direitos. Esse papel é fundamental para a consolidação da cidadania. A atuação do CRAS no território de abrangência é de grande relevância para assegurar direitos sociais e deve estar vinculada à participação social, que representa uma garantia fundamental em prol da construção efetiva da democracia de direitos no Brasil.

O trabalho social inserido no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), representa a concretização de uma política pública. De acordo com as orientações técnicas que direcionam a execução desse serviço, é essencial que seus procedimentos sejam planejados e executados de maneira contínua, pautados pela organização e pela articulação efetiva com outras políticas afins.

As entrevistas realizadas com as profissionais envolvidas na execução do acompanhamento familiar, tanto no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Inajá-PR, quanto em Prudentópolis-PR, foram conduzidas com o propósito específico de analisar o *modus operandi* a partir da proposta do Programa Família Paranaense. Através dessa abordagem foi possível aprofundar a compreensão sobre o trabalho desenvolvido com as famílias, desde a adesão à proposta até as etapas, procedimentos e técnicas realizadas no acompanhamento familiar.

As entrevistas proporcionaram uma visão mais detalhada do comprometimento das profissionais e da dinâmica envolvida no processo de implementação do Programa Família Paranaense. Compreendemos assim, as nuances do trabalho cotidiano, as estratégias aplicadas e o impacto das ações no trabalho desenvolvido.

Além disso, as entrevistas também lançaram luz sobre os desafios enfrentados pelas profissionais, assim, a análise das entrevistas não apenas ofereceu uma compreensão mais aprofundada do trabalho realizado, mas também serviu como um instrumento valioso para identificar áreas de melhoria, aprimoramento e inovação no contexto do Trabalho Social com Famílias, contribuindo para o constante desenvolvimento do Programa Família Paranaense.

O processo de adesão dos municípios ocorreu de maneira distinta: Prudentópolis-PR desempenhou um papel pioneiro ao participar do projeto piloto. Este município envolveu-se desde o início, participando ativamente da capacitação para a implantação da proposta, a qual foi aplicada no contexto do trabalho com famílias, especificamente em um programa de requalificação urbana.

Por outro lado, Inajá-PR ingressou no programa em um momento posterior. O município teve acesso à metodologia após um intervalo de tempo, recebendo o material correspondente e

participando das capacitações subsequentes. A implementação da proposta em Inajá-PR teve lugar nos grupos do PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família).

Essa diferenciação nos momentos de adesão e nas abordagens de implementação, oferece um panorama interessante das experiências únicas de cada município. A participação de Prudentópolis-PR desde o estágio inicial, como parte do projeto piloto, permitiu uma integração mais profunda e imediata da proposta no contexto de requalificação urbana. Em contraste, Inajá-PR, ao aderir posteriormente, trouxe uma perspectiva valiosa sobre a implementação nos grupos do PAIF.

Esta diversidade no processo de adesão, destaca a adaptabilidade da proposta do Programa Família Paranaense no acompanhamento familiar a diferentes contextos municipais, evidenciando a flexibilidade do programa para se integrar às necessidades específicas de cada comunidade. Essa compreensão mais detalhada dos processos de adesão pode orientar futuras implementações e melhorias na disseminação eficaz da proposta em outras localidades.

No que diz respeito ao trabalho realizado antes da implementação da proposta de acompanhamento familiar, as profissionais destacam que os grupos do PAIF eram conduzidos, porém de forma mais espontânea e menos estruturada. Os temas abordados eram aleatórios e diversos, sem uma orientação específica. Contudo, com a introdução do material "Acompanhamento Familiar - Guia de Orientações", um novo direcionamento foi estabelecido.

O estudo mostrou que essa proposta trouxe consigo uma abordagem mais sistemática e organizada, fornecendo um caminho claro para as atividades desenvolvidas nos grupos. A riqueza de conteúdo presente no guia se revelou como um recurso valioso, enriquecendo o trabalho com famílias ao oferecer orientações específicas e positivas. Essa mudança representou uma transição significativa, melhorando tanto o atendimento individual quanto o coletivo no contexto do PAIF.

Cabe ressaltar que a ausência de políticas públicas, como mencionado por uma profissional, é um fator que não se restringe exclusivamente à esfera da Política de Assistência Social. Neste aspecto, conforme orientações do PAIF, é preciso redimensionar a lógica do trabalho com famílias na perspectiva dos direitos, coletivizando as demandas e reafirmando que o caminho para a concretização da cidadania é via políticas públicas de responsabilidade do Estado (Brasil, 2012).

Teixeira (2017) enfatiza que, sem a inclusão da família em uma rede mais ampla de políticas, dotada de serviços que efetivamente possam transformar suas vulnerabilidades sociais e interromper os ciclos de pobreza, violência e outros riscos sociais, a abordagem torna-se

ineficaz. Nesse contexto, a simples responsabilização da família pelo enfrentamento das manifestações da questão social que impactam suas vidas revela-se inadequada.

Dessa forma, a família ao ser inserida em uma rede abrangente de políticas públicas, pode contar com recursos e serviços que atendam suas necessidades, proporcionando condições efetivas para superar suas vulnerabilidades.

Vale destacar, que a experiência de Prudentópolis no Programa de Requalificação Urbana quando foi utilizado de maneira adaptada, considerando a jornada das famílias ao deixarem uma área de difícil acesso, a reflexão central se voltou para o que é positivo e construtivo a ser levado consigo após terem vivido nesse local. As atividades propostas para explorar os sonhos individuais passaram a concentrar-se em áreas cruciais como: moradia, emprego e aspirações coletivas. Quanto as aspirações coletivas constam nas orientações técnicas do PAIF que a equipe do CRAS deve realizar uma análise crítica das vulnerabilidades e potencialidades das famílias e do território. O objetivo é adotar uma abordagem e procedimentos metodológicos que sejam especialmente eficazes para alcançar os objetivos do PAIF em um contexto socioterritorial específico (Brasil, 2012). A vontade de ter espaços recreativos, como um parque, destacava-se como um tema central nos encontros com as famílias, a ideia de que "a união faz a força", foi amplamente abordada e trabalhada pelas técnicas ao longo do desenvolvimento do projeto. No PAIF também encontramos que: é crucial auxiliar as famílias a examinar criticamente as contradições presentes no território, reconhecendo o papel do Estado na garantia de direitos e promovendo sua participação ativa em canais de envolvimento social (Brasil, 2012).

A experiência de Inajá-PR, ao estender o convite a todos os membros da família através de reuniões noturnas e a oferta de um jantar, reflete uma prática que se baseia em uma estratégia para o trabalho com famílias, pois, quando o SUAS define a matricialidade sociofamiliar como uma diretriz na condução da política de Assistência Social destinada à família, destaca que ao realizar qualquer intervenção com as famílias, torna-se imperativo considerar todos os membros e suas respectivas necessidades, reconhecendo as dinâmicas próprias e as implicações da realidade social, econômica e cultural em suas vidas (Brasil, 2012).

Por fim, a matricialidade sociofamiliar, compreendida a partir das diretrizes da Política de Assistência Social não se configura, por si só, como a única solução para a garantia de direitos e efetivação do trabalho com famílias. No entanto, reconhece-se como possibilidade da mudança aos sujeitos coletivos que, ao conhecerem seus direitos, têm o poder de transformar as realidades em que vivem. Fica claro que não há uma abordagem metodológica única para o trabalho com famílias, e que não está concluído, mas sim em constante processo de construção.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia M. O trabalho com famílias: uma abordagem psicossocial. In: **Cadernos de Assistência Social: trabalhador**. Belo Horizonte: NUPASS, 2006.

AFONSO, M. L. M. **Revisão bibliográfica sobre metodologias de trabalho social com famílias e análise do estado da arte do seu emprego**. Produto técnico parcial. Pesquisa qualitativa sobre metodologia de trabalho social com famílias no âmbito do PAIF. Serviço de consultoria no âmbito do Programa PNUD, BRS/04/046. Brasília.2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BIHR, A. PFEFFERKORN, R. **Le système des inégalités** Paris: La Découverte, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Dados do Diagnóstico Socioterritorial do Município de Prudentópolis**. IBGE Cidades. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/prudentopolis/panorama> . Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Capacita SUAS. **SUAS: configurando os eixos de mudanças**. 1. ed. v.1. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol1_%20Mudanca.pdf . Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Sistema único de Assistência Social. Proteção Social Básica. Orientações Técnicas: centro de referência de assistência social – CRAS. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Orientações Técnicas sobre o PAIF- Volume 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: MDS/SNAS, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf . Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 2009. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. **Ministério de Combate à Pobreza e à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

BRASIL. Família Paranaense. **Acompanhamento familiar**. Guia de orientações. 2017. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/divulgacao/A_F-Guia_Acomp_Familiar.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **O futuro das políticas sociais no governo Lula**. Florianópolis: Revista Katálysis 10 . 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, CFESS/ABEPSS. Brasília, 2009. Disponível em: https://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

BOSCHETTI, I. Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação? In: BOSCHETTI, I. (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

CAMPOS M, M. S. **As metodologias e seus componentes: conferência, metodologia do trabalho social**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008.

CARDOSO, Priscila F. G. Metodologia. In: **Relatório de monitoramento e avaliação – PROASF**. São Paulo: CEDECA/IBEAC, 2005.

CARVALHO, M. do C. B. de. Políticas Públicas e trabalho social: polêmicas em debate. In: ARREGUI, Carola C.; BLANES, Denise Neri (orgs.). **Metodologias do trabalho social**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (org.). **Desigualdade e a questão social**. 3. ed. São Paulo: EDUCS, 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Proteção Social em Tempos de Covid-19**. Brasília: Ministério da Economia. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/4VYSSSLsmZ4754Cv6tsfJDy/>. Acesso em: 15 out. 2023.

CEAS. Conselho Estadual de Assistência Social. **14ª Conferência Estadual de Assistência Social**. Coordenação da Política Estadual da Assistência Social. Paraná: Secretaria do Desenvolvimento Social e Família, 2023. Acesso em: 15 out. 2023.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

COSTA, A. C. **Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo, um guia para o educador**. Belo Horizonte: Universidade, 2001.

COOPERRIDER, D. L.; WHITNEY, D. **Investigação apreciativa: uma abordagem positiva para a gestão de mudanças**. Tradução: N. Freire. Qualitymark, Rio de Janeiro.

COOPERRIDER, D.L. Positive image, positive action: The affirmative basis of organizing. In S. Srivastva, & D.L. Cooperrider (Eds.). **Appreciative management and leadership**. San Francisco: Jossey-Bass.

COUTO, B. R; YAZBEK, M. C; RAICHELIS R. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. R; YAZBEK, M. C; RAICHELIS R. Políticas Públicas e trabalho social: polêmicas em debate. In: ARREGUI, Carola C.; BLANES, Denise Neri (orgs.). **Metodologias do trabalho social**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M.A. (org). **Reforma do Estado e política de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociales de las economias posindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000.

FONSECA, A. M. M. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

FONTENELE, I. C. **O controle da pobreza na ordem do capital: a centralidade da assistência social no Brasil do ajuste neoliberal**. Tese de Doutorado em Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2007.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. 4. ed. Brasília: Instituto de Política, 2001.

FRITZEN, Juliana Pires. **A feminização da assistência social: discutindo gênero e sua interface com a proteção social**. Seminário Nacional de Serviço social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

FUKUI, Lia. Família: conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas. In: SILVA, Luiz A. Palma e. STANISCI, Silvia Andrade. BACCHETTO, Sinesio. (et al.)

Famílias: Aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: FUNDAP, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. São Paulo: Moderna, Fundação Santillana, 2008.

GIDDENS, Antony. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.1. jan/jun. 2005. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/329> . Acesso em: 15 out. 2023.

GUIMARÃES, Christiane dos Passos. A Política de Assistência Social na Conjuntura Atual. In: **A Máscara do Suas:** desvendando a Política Nacional de Assistência Social. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/528344018/A-Mascara-do-SUAS-desvendando-a-Politica-Nacional-de-Assistencia-Social> . Acesso em: 05 out. 2023.

HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis:** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 2001.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desigualdade de renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007. v. 1. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf> . Acesso em: 10 out. 2023.

KAZTMAN, R. **Activos y estructuras de oportunidades:** estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Disponível em: http://biblioteca.cepal.org/search~S0*sp?/akaztman/akaztman/1%2C2%2C60%2CZ/1856&F=akaztman+ ruben&1%2C%2 C59%2C1%2C0. Acesso em: 01 ago. 2023.

KEYNES, J. M. **The end of laissez faire**. New York: Prometheus, 1985.

KOLOUSTIAN, S. M. **Família Brasileira, a Base de Tudo**. Brasília: UNICEF, 1998.

LAJÚS, Maria Luíza de Souza. Assistência Social – Abordagem Histórica. In: **Sistema Único de Assistência Social:** um difícil caminho rumo à conquista da cidadania. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/475>. Acesso em: 15 out. 2023.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital:** os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Unicamp, 1990.

MARX, K. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro: I. Vol. I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 19. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MPAS. **Instrumento para implantar a política de descentralização da assistência social.** Brasília: MPAS, SAS, 1995.

MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista.** São Paulo: Ensaio, 2002.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez Ed, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família, Gênero e Assistência. In: CFESS. **O Trabalho do Assistente Social no SUAS.** Brasília: CFESS, 2011.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Ações socioeducativas em Programas de Transferência de Renda. In: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. C. (Orgs.). **Trabalho com famílias: textos de apoio.** São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. D. Serviços Sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo: Direitos e Cidadania, contradições da política social.** Cortez editora: São Paulo, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. (Org). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

NALESSO, Ana Patrícia; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; MUSTAFA, Sâmia Machado. **Desmonte da proteção social: uma análise da implementação do auxílio emergencial.** Temporalis, ano 19, n.37, p. 219 – 236. Brasília, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34798>. Acesso em: 11 jul. 2023.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José. **Perfil histórico da assistência social – Assistência Social e Serviço Social – Reconstrução Histórica e Caracterização Atual.** In: Assistência Social: do discurso do Estado à prática do serviço social. 2 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios.** São Paulo. Cultura Acadêmica: 2011.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra; FILHO, Mário José. O Trabalho Social com Famílias: Repercussões, possibilidades e desafios. **Serviço Social & Realidade.** Franca, v. 18, n. 2, p. 55-80, 2009. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/130>. Acesso em: 02 jun. 2023.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. Interdisciplinaridade e Assistência Social. In: **CFESS – Seminário Nacional do/a Assistente Social no SUAS.** Brasília: 2011.

PAIVA, Beatriz A. O Suas e os direitos socioassistenciais: a universalidade da seguridade social em debate. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 87, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos**: Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília Thesaurus, 2004.

PIKETTY, T. **A economia das desigualdades**. Tradução: Pedro Elói Duarte. Coimbra: Conjuntura Actual, 2014.

PIKETTY, **Thomas**. O Capital no século XX. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – **PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

PARANÁ. **Família Paranaense**: Guia de orientação. Curitiba. 2017. Disponível em http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/divulgacao/Guia_de_OrientacaoFPrev3.pdf. Acesso em: 4 mai. 2023.

PINTOS, M.; ASKINAS, L. Límites, alcances y tensiones de la intervención familiar: aportes desde el departamento de atención integral a familias. In: **I Coloquio Regional Familias Contemporáneas - Intervenciones Contemporáneas**. Universidade de La república. Uruguay, 2015.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). Direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 104, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 15 out. 2023.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: SILVIA, T. M. L; CODO, W. **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho, Educação. Liberdade, autonomia, emancipação como princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RODRIGUES, S. (2013). Emergência de abordagens colaborativas na intervenção com famílias vulneráveis. In: Rivero, C. Sousa, L. Grilo, P. Rodrigues, S. **Manual - Práticas Colaborativas e Positivas na Intervenção Social**. Edição EAPN Núcleo Distrital de Leiria, Portugal.

SARACENO, Chiara. **Sociologia della famiglia**. Bologna: Il Mulino, 1992.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho**: Um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil**: Fundamentos sociohistóricos. Cuiabá: UFMT, FAPEMAT, 2008.

SIMÕES, Carlos: **Curso de direito do serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2011

SPOSATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva: concepções fundantes. In: UNESCO/MDS. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/00183075por.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria C. B. **A Família Contemporânea em Debate**, São Paulo: Cortez, 2005.

TEIXEIRA, S. M. **A família na política de assistência social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias no Cras de Teresina**. Teresina: EDUFPI, 2016.

TEIXEIRA, S. M. **Trabalho social com família: fundamentos históricos, teórico metodológicos e técnico-operativos**. Teresina: EDUFPI, 2017.

TEIXEIRA, S. M. **Trabalho Social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas**. Serviço Social em revista. Londrina, 2010. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8425> . Acesso em: 15 m 2023.

TOLEDO, Laisa Regina Di Maio Campos. **A família contemporânea e a interface com as políticas públicas**. Brasília: Serviço Social, n. 21, p. 13-44, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita (Org). Projeto de revisão curricular da Faculdade de serviço Social da PUC/SP. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 14. São Paulo, Cortez, 1984.

APÊNDICE A
ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

- 1- Como é feito o acompanhamento familiar, favor detalhar passo a passo?
- 2- Quais os procedimentos e técnicas realizadas no acompanhamento familiar e em cada etapa deste?
- 3- O Programa vai de encontro com o que é previsto no PAIF?
- 4- Desde quando vocês começaram a desenvolver o modelo de acompanhamento familiar proposto pelo Programa Nossa Gente Paraná?
- 5- Como era desenvolvido antes o trabalho social com famílias?
- 6- Após o uso do modelo proposto, como avalia a proposta?
- 7- Quais os principais resultados alcançados desde o uso do modelo?
- 8- 8- Possui alguma outra experiência no trabalho social com famílias, que colaborou para a prática profissional?
- 9- Quais os desafios encontrados no trabalho social com famílias?
- 10- Consegue identificar fatores que contribuiriam para o trabalho social com famílias?

VANESSA MARA SOLCIA

Nome do pesquisador responsável

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 _____ DATA DE NASCIMENTO: ____ / ____ / ____ . IDADE: ____
 _____ DOCUMENTO DE IDENTIDADE: Nº _____
 _____ SEXO: M () F () ENDEREÇO: _____
 _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 _____ CEP: _____ FONE: _____ E-MAIL: _____

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: “O trabalho Social com famílias no SUAS e o modelo de acompanhamento familiar proposto pelo Governo do Paraná”. O projeto de pesquisa será conduzido por Vanessa Mara Solcia, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pela Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/Franca.

A Pesquisa tem como objetivo geral - Analisar o trabalho social com famílias presente nas leis e normativas que orientam a Política Nacional de Assistência Social, e a proposta de acompanhamento familiar do Programa Nossa Gente Paraná; a partir da concepção dos trabalhadores de dois municípios. A coleta de dados será através de entrevista e gravação de áudio com os participantes.

Esta pesquisa pode gerar alguns riscos, tais como, constrangimentos, desconfortos, timidez, quebra de sigilo, vergonha e sentimento de medo. Para minimizar estes riscos as perguntas norteadoras da entrevista foram cuidadosamente elaboradas para serem de fácil compreensão. Será permitido o acesso ao roteiro de entrevista antes do início da gravação da entrevista. A pesquisadora permanecerá atenta aos sinais verbais e não verbais, aceitando ou propondo a interrupção da entrevista, caso observe alguma alteração que coloque o participante em situação de risco. Os resultados deste estudo fornecerão informações para contribuir com o trabalho

social com famílias e serão disponibilizados aos participantes quando a pesquisa for finalizada. A qualquer momento, antes, durante ou após a participação, a pesquisadora estará à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. A sua participação é voluntária, não terá nenhuma despesa ou remuneração. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. O fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O nome dos participantes serão mantidos em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão armazenados cautelosamente por 5 anos, em um dispositivo sem acesso a internet, para manter o sigilo e a privacidade dos participantes, atendendo as legislações brasileiras (Resoluções Nº 466/12 e Nº510/16 do Conselho Nacional de Saúde). As informações serão utilizadas unicamente para fins acadêmicos e científicos. Este material será produzido para apresentação da Dissertação de Mestrado e os resultados da pesquisa serão divulgados de forma a não possibilitar a sua identificação. Após o término do estudo os participantes receberão cópia do trabalho final.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida ao participante.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

FRANCA-SP, 31 de Janeiro de 2023 .

Assinatura do participante

(assinatura) Pesquisador Responsável

Nome: VANESSA MARA SOLCIA

Endereço: Rua Francisco Palma Cano 529

Tel: (43) 99930-0017 E-mail: vanessamasol@gmail.com

(assinatura) Docente Orientadora

Professora Dra. NAYARA HAKIME DUTRA

Endereço: Avenida Eufrásia Monteiro Petrágliã –
lado par. Jardim Doutor Antônio Petrágliã. Franca, SP - Brasil

Telefone: Telefone: (16) 37068796 - Ramal: 8792

Email: posgraduacao.franca@unesp.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais - Unesp – Campus de Franca
Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia – CP 211. CEP: 14409-160 – FRANCA – SP
Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

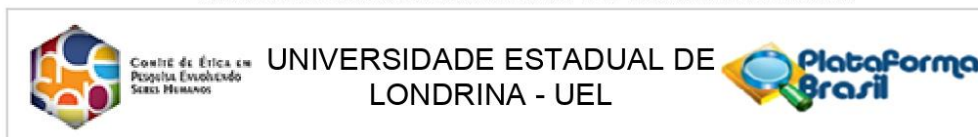
ANEXO A

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

ANEXO A

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

100



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO SUAS: Programa Nossa Gente Paraná

Pesquisador: VANESSA MARA SOLCIA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 67346423.7.0000.5231

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.987.589

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa apresentado pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita e será desenvolvido com financiamento próprio. O projeto apresenta estudo sobre o modelo de Acompanhamento Familiar proposto pelo Programa Nossa Gente Paraná, tendo objeto de investigação, especificamente, os municípios paranaenses de Prudentópolis e Inajá.

Com a implementação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social - e do CRAS -Centro de Referência de Assistência Social nos municípios e o desenvolvimento de ações por meio do PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, como novo espaço de atuação profissional, os profissionais da área social, identificam a necessidade de direcionamento de propostas de intervenção, com atividades e práticas que contribuam para desenvolvimento do trabalho social com famílias. Esse trabalho fica sob responsabilidade dos técnicos dos municípios que desenvolvem essas práticas, com ações que, seguindo com a Política Nacional e Assistência Social, estimulam as potencialidades das famílias, a troca de vivências e a promoção de ganhos sociais e materiais, trazendo vários desafios à equipe e muitas vezes com questões sobre inoperância do próprio trabalho social com famílias que necessitam de melhoria nas condições de vida. O Governo do Paraná, por intermédio do Programa Família Paranaense, atual Programa Nossa Gente Paraná, criou proposta de acompanhamento familiar, a qual teve início com um projeto piloto composto por 30 municípios; posteriormente, foi apresentado a todos municípios do estado, para adesão e implantação em meados de 2017, sendo que 180 municípios aderiram a

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

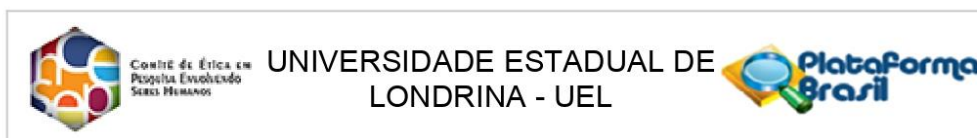
UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.987.589

esse projeto. Nesse período, foram ofertadas capacitações e os municípios participaram de supervisões para acompanhamento e orientações sobre o trabalho que estava sendo realizado. Assim, faz-se necessário para a própria profissão discutir o trabalho social com famílias realizado de acordo com as orientações desse modelo adotado por 180 municípios do Estado do Paraná e aprofundar o debate sobre a atuação do profissional de serviço social, de modo a relacionar essa atuação ao que é proposto pela Política Nacional de Assistência Social por meio do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

A metodologia da pesquisa é composta por dois momentos: pesquisa documental, bibliográfica com revisão da literatura e pesquisa de campo. Dois municípios do estado do Paraná que pertencem ao Programa Nossa Gente Paraná foram selecionados e escolhidos, especialmente, como participantes os técnicos de nível superior que executaram, em cada dos municípios, a proposta do guia de acompanhamento familiar. Foram delimitados dois municípios, um deles de Pequeno Porte I e outro de Pequeno Porte II, a partir de sugestões de uma consultora do Estado que tem um levantamento dos municípios que executaram esse programa proposto pelo Estado do Paraná.

A entrevista semiestruturada, para recolher dos dados será por intermédio da elaboração de um roteiro de questões que auxiliarão os participantes entrevistados na partilha de informações e a troca de experiências acerca do tema abordado. Todos os participantes recebem antecipadamente o roteiro de questões, que poderá ser respondido de forma virtual ou agendada antecipadamente em cada município. Além disso, será realizado um questionário com dados como: formação, tempo de atuação no município e na utilização do guia, entre outras perguntas para formar o perfil do entrevistado. O pesquisador compromete-se em devolver os resultados aos profissionais participantes, ao Governo do Estado, como forma de manter a pesquisa transparente, acessível, com intuito de disseminar conhecimentos sobre o presente estudo.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com a pesquisadora, os objetivos são os listados abaixo.

"Objetivo Primário:

- Analisar o trabalho social com famílias do Programa Nossa Gente Paraná;

Objetivos Secundários:

- Analisar a trajetória histórica da Política de Assistência Social,

- Destacar a proposta de trabalho na Proteção Social Básica com famílias;

- Compreender como é materializado o trabalho social com famílias no Programa Nossa Gente

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

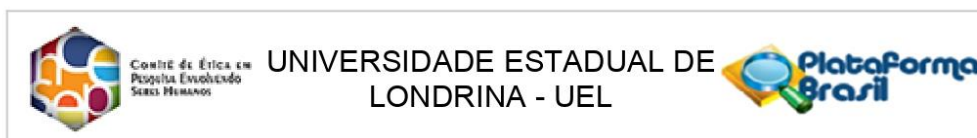
UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.987.589

Paraná".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a pesquisadora, os riscos e benefício são os listados abaixo.

"Riscos:

Esta pesquisa poderá gerar alguns riscos, tais como, constrangimentos, desconfortos, timidez, quebra de sigilo, vergonha e sentimento de medo. Para minimizar estes riscos as perguntas norteadoras da entrevista foram cuidadosamente elaboradas para serem de fácil compreensão. Será permitido acesso ao roteiro de entrevista antes do início da gravação da entrevista. A pesquisadora permanecerá atenta a sinais verbais e não verbais, aceitando ou propondo interrupção da entrevista, caso observe alguma alteração que coloque participante em situação de risco. A qualquer momento durante ou após a participação, a pesquisadora estará à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. A sua participação é voluntária, não terá nenhuma despesa ou remuneração. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, de acordo com as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das

Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. O fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O nome dos participantes serão mantidos em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.

Benefícios:

Trará relatos de experiências no trabalho social com famílias, um tema importante no campo da Assistência Social com poucos estudos e modelos para o desenvolvimento da prática profissional, podendo assim contribuir para a formação profissional de estudos e até mesmo aos profissionais formados".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de projeto relevante porque discute políticas públicas de amparo às famílias que necessitam de uma rede de proteção do Estado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos Apresentados

O pesquisador apresenta os seguintes os documentos:

- Projeto de Pesquisa completo com roteiro contendo questões para entrevistas;

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

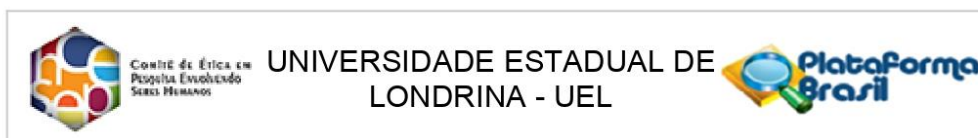
UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.987.589

- Roteiro com questões para entrevista com participantes;
- Folha de Rosto assinada pela diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais;
- Cronograma apresentado na Plataforma Brasil, com a data da coleta de dados para maio de 2023, e apresentado no Projeto de Pesquisa com indicação do trabalho em cada semestre da pesquisa;
- Declaração de consentimento da participação na pesquisa da Prefeitura Municipal de Prudentópolis, assinada pela Secretária Municipal de Assistência Social, e da Prefeitura Municipal de INAJÁ, assinada pela Diretora do Departamento de Assistência Social, Trabalho e Renda do Município;
- Termo de Sigilo e Confiabilidade assegurando a preservação sigilo das informações coletadas, bem como a especificação do tempo de armazenamento e responsabilidade sobre os dados;
- TCLE em forma de convite para participantes explicitando o projeto.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora apresentou os documentos solicitados no parecer anterior e organizou a documentação de acordo com as exigências do sistema CEP/CONEP. Diante da análise efetuada, recomendo a aprovação do projeto de pesquisa apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade apresenta-Lo aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Ressaltamos, para início da pesquisa, as seguintes atribuições do pesquisador, conforme Resolução CNS 466/2012 e 510/2016:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- apresentar dados solicitados pelo sistema CEP/CONEP a qualquer momento;
- desenvolver o projeto conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

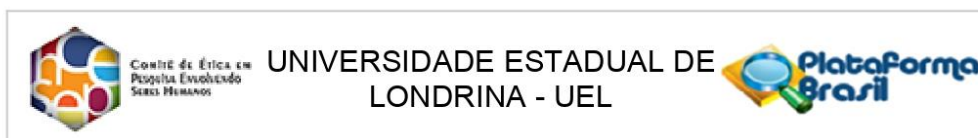
UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.987.589

interrupção;

- elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores e pessoal técnico integrante do projeto;
- justificar fundamentadamente, perante o sistema CEP/CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Coordenação CEP/UEL.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2085668.pdf	27/03/2023 10:52:44		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetofinal2703.pdf	27/03/2023 10:50:46	VANESSA MARA SOLCIA	Aceito
Outros	termodeconfidencialidade.pdf	27/03/2023 10:50:16	VANESSA MARA SOLCIA	Aceito
Outros	ROTEIRODEPERGUNTAS.pdf	27/03/2023 10:49:15	VANESSA MARA SOLCIA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	27/03/2023 10:48:36	VANESSA MARA SOLCIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEatualizado.pdf	27/03/2023 10:47:56	VANESSA MARA SOLCIA	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	07/03/2023 08:17:22	VANESSA MARA SOLCIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	declarconsentimPRUDENTOPOLIS.pdf	16/02/2023 08:18:21	VANESSA MARA SOLCIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	DECLARACAOconsentiNAJA.pdf	16/02/2023 08:18:07	VANESSA MARA SOLCIA	Aceito

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

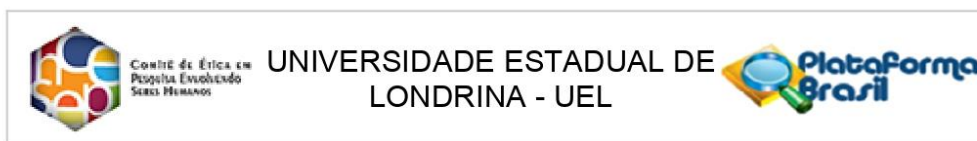
UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.987.589

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOplatbrasil.doc	10/02/2023 10:46:19	VANESSA MARA SOLCIA	Aceito
---	-----------------------	------------------------	------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 06 de Abril de 2023

Assinado por:
Adriana Lourenço Soares Russo
(Coordenador(a))

Endereço: LABESC - Sala 14
Bairro: Campus Universitário
UF: PR **Município:** LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455 **CEP:** 86.057-970
E-mail: cep268@uel.br